

EM TEMPO

Quinzenário nacional • Ano VI • Nº 152 • De 17 a 30 de Junho de 1982 • Cr\$ 70,00

A nova face da repressão no Brasil

Além de denunciar o sentido demagógico da extinção do DOPS gaúcho, é preciso ver o que ela revela. As forças da repressão política no Brasil estão passando por um processo de adaptação aos novos tempos, de reforço e de maior centralização. A nova estratégia do regime prevê a passagem das funções da repressão política para a Polícia Federal que, reforçada em pessoal, atuará como um braço operacional dos Centros de Informação militares. Pág. 3



MULHERES PETISTAS

Tudo sobre os debates e as reuniões preparatórias para o primeiro encontro nacional das petistas que atuam no movimento de mulheres. O encontro se revela de grande importância por dois motivos: é o início da criação de uma alternativa nacional aos impasses do movimento, ao seu aparelhamentos pelas federações fantasmas; unificará o programa e atuação eleitoral do PT. Pág. 14 e 15

Cecília Assumpção



Argentina Agora, as armas contra o povo

Após a derrota, a ditadura se volta contra as massas. Nesta edição, a situação argentina, a barbárie sionista e um balanço da reunião de Versalhes. Pág. 8 e 9.

Encontro Nacional da ANAMPOS

Reunindo delegados de 18 estados, o encontro unificou as propostas dos líderes sindicais autênticos para a II CONCLAT (pág. 10)

Patrões querem assassinar líder petista

Em Minas Gerais, multinacionais pressionam o sindicato e tramam a morte de Vicente Nica, posseiro e dirigente estadual do PT.

Aprovado o Pacote da Previdência

Aproveitando toda a concentração das atenções nos lances da Copa, o governo manobra no Congresso e garante a aprovação por decurso de prazo do Pacote da Previdência. Pág. 12

O chaguismo está nu

A máquina política do chaguismo articula um rígido controle partidário com uma atuação parlamentar ao mesmo tempo flexível e pragmática e o uso corruptor da máquina administrativa do Estado.

O controle das instâncias decisórias do MDB, desde os diretórios municipais e zonais até o diretório regional, funciona não apenas no controle da filiação. Garante que nos períodos pré-eleitorais, a maioria dos nomes dos candidatos sejam filiados à corrente chaguista e o veto às candidaturas que poderiam representar ameaça ao êxito eleitoral do grupo. Por sua vez, a sigla emedebista valoriza junto aos estratos populares, a aura pseudo anti-elitista do chaguismo.

Por outro lado, a baixa rotatividade dos membros integrantes do núcleo dirigente, tanto ao nível partidário quanto da representação parlamentar, funciona como um importante fator de estabilidade eleitoral do chaguismo. Assim, em 1978 cerca de 70% dos deputados chaguistas à Assembléia Legislativa estavam em fase de reeleição pela segunda, terceira e até quarta vez. Em um esquema em que jogam forte peso os laços de parentesco, os nomes se alternam periodicamente nos cargos diretivos da Comissão Executiva Regional do partido.

Enquanto nas eleições para deputado estadual, o chaguismo adota a tática de pulverizar as candidaturas por uma vasta rede de relações clientelísticas com o caráter regional ou corporativo, para as eleições à Câmara a estratégia é concentrar os votos em um nome com o fim de aumentar a repercussão política do grupo chaguista no âmbito nacional e preparar o caminho para um novo candidato ao governo do estado (como ocorreu com Miro Teixeira).

Atomização de interesses

No plano federal, a postura dos deputados chaguistas consiste em se marcar pela ausência de conflitos com o governo federal e com a direção nacional do partido. Ao nível estadual, o que se observa é que os deputados chaguistas concentram a sua atuação em indicações e moções ligadas aos vários grupos de clientela e em projetos de leis voltados para a concessão de benefícios específicos a pequenos círculos de eleitores ou grupos. Em um e outro caso, o cerne da atuação é evitar o envolvimento com temas ou projetos de alcance geral, a partir dos quais se estabeleçam contradições de interesses entre distintas classes sociais, e levar até o limite a atomização na representação de interesses. As intervenções do deputado Miro Teixeira em 1979, por exemplo, alertavam para o perigo das vendas de garrafas de refrigerantes e cerve-

O livro "Voto e Máquina Política — Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro" de Eli Diniz, recém editado, desmonta a máquina do chaguismo e revela todas as conseqüências reacionárias de sua prática. Uma leitura obrigatória quando correntes de esquerda como o Hora do Povo, Voz da Unidade e até mesmo intelectuais até então ciosos de alguma dignidade acadêmica vêm a público manifestar o seu apoio a Miro, o filho dileto e o continuador da máquina de opressão chaguista. A seguir, um resumo das teses principais do livro.



Chagas: tradição na arte de enganar e oprimir

jas no Maracanã, solicitavam que a população desse roupas usadas para os porteiros e vigias durante o inverno, e pediam a inclusão da gorjeta no cálculo de aposentadoria dos garçons e a criação de uma área de lazer frente à quadra da escola de samba da Mangueira...

Raízes da corrupção eleitoral

Através da representação parlamentar, principalmente a partir dos deputados estaduais, o chaguismo mantém fortes vínculos eleitorais com uma ampla faixa dos setores populares, principalmente os concentrados nos setores suburbanos e nas favelas. Os laços clientelísticos se articulam ou via representação regional ou via representação de estratos profissionais ou religiosos.

Cabe aos deputados a indicação dos admi-

nistradores das 24 regiões administrativas do Rio de Janeiro. Pelo mesmo critério, são indicados os nomes para as várias divisões da Secretaria Municipal de Obras e Serviços, para os distritos de educação e cultura, para as delegacias fiscais, para os distritos de fiscalização e as inspetorias seccionais da Secretaria Municipal da Fazenda, para os centros municipais e postos de saúde etc. Assim, freqüentemente até o internamento de um doente em um hospital público ou a matrícula de uma criança em uma escola oficial depende da intermediação de um ator influente no esquema político da região.

Paralelamente, o chaguismo veio montando a representação de grupos de religiosidade popular como o umbandismo, como os batistas, de grupos profissionais como os bancários ou de corporações com a Polícia Militar que conta hoje tanto com uma representação a nível estadual quanto a nível federal.

O chaguismo também articula bases de apoio na sociedade. O exemplo maior é a FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro), estritamente controlada pela Secretaria de Desenvolvimento Social. A partir de 1979, haveria uma cisão na cúpula da federação, sendo fundada uma federação alternativa de cunho mais combativo. A restauração do controle do chaguismo sobre a maioria das associações ocorreu recentemente quando da fusão das federações oficial e dissidente, após a incorporação do PP ao PMDB. Um outro exemplo é a criação do CONDU (Conselho Nacional Deliberativo da Umbanda), entidade controlada pelo deputado chaguista Átila Nunes. Além das várias articulações com as escolas de sambas e blocos carnavalescos.

Ao mesmo tempo em que articula esta rede complexa de raízes na sociedade, o chaguismo mantém um estrito controle das decisões. Por dois decretos editados em junho de 1979, o governo estadual estabeleceu que a admissão de pessoal, as designações para funções gratificadas só poderiam ser feitas mediante prévia e expressa autorização do governador ou do prefeito do Rio de Janeiro.

Clientelismo e controle político

A vulnerabilidade do esquema clientelista consiste em sua incapacidade para absorver demandas com graus crescentes de integração e que pressionam por soluções de alcance geral. Não é por casualidade que o chaguismo predomina nas faixas da população submetidas ao grau mais elevado de brutalização ou junto a grupos sociais marcados por baixo grau de organização sindical e por reduzida tradição de ação coletiva.

O sucesso da política de clientela depende em primeiro lugar da diluição dos vínculos de solidariedade entre a massa a que se dirige. O poder pessoal se torna preponderante à medida em que o sentimento de impotência política torna-se permanente ou quando a insatisfação com o sistema não é canalizada para a ação coletiva e se expressa apenas ao nível eleitoral (como é o caso do MDB).

Assim, a repressão ao movimento popular, praticada permanentemente pelo chaguismo — às greves, ao movimento de favelados através da intervenção em suas entidades — não é ocasional, mas funcional ao esquema de dominação da enorme máquina de poder político montada pelo chaguismo.

A história (fétida) do chaguismo

Chagas transportou para a política os piores métodos do gangsterismo.

Se a trajetória do chaguismo está intimamente ligada à história política do atual governador do Rio — Antônio de Páduas Chagas Freitas — esta tem a sua origem no controle dos jornais "A Notícia" e "O Dia". Tudo começou quando em 1938, Chagas, como repórter do jornal "A Tarde", foi incumbido de entrevistar o interventor do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros. Do encontro, resultaria uma estreita relação política que culminaria na atribuição a Chagas da direção do jornal "A Notícia", comprado por Adhemar para apoiar no Rio a sua candidatura à presidência da República.

Com o tempo, Chagas passaria um formidável "calote" no ex-governador de São Paulo. Em 1950, fundou "O Dia", para o qual utilizaria toda a estrutura e o corpo de funcionários de "A Notícia", canalizando para o primeiro, porém, toda as receitas de publicidade. Aos poucos, a tiragem de "A Notícia" definhou, passando de 135 para 30 mil, enquanto a do "O Dia" crescia... Em 1955, o golpe final: aproveitando a ausência de Adhemar de Barros do país, processado por corrupção, convocou uma assembléia extraordinária da S.A. Notícia para aumento de capital, tomando o controle acionário da empresa.

Em 1956, Chagas seria eleito para a presidência do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro, cargo que ocuparia durante 14 anos e que lhe garantiria o apoio da grande imprensa.

Sempre apoiado na estrutura de "O Dia" (300 mil de tiragem), Chagas se elegeria por três vezes para Câmara Federal, duas vezes pelo Partido Social Progressista (de Adhemar de Barros) e uma pela coligação PSD-PSP. No núcleo de vereadores eleitos pelo PSP, viriam a despontar as figuras que comporiam o núcleo original do chaguismo.

Filho do AI-5

No decorrer da legislatura que vai de 1966 a 1970, o chaguismo, aproveitando-se do recrudescimento da repressão e da cassação de parlamentares, consolida posições no interior do MDB. Nas eleições de 1970, conquista cerca de 85% das cadeiras para a Assembléia Legislativa e mais de 50% dos representantes para a Câmara Federal. Com o controle partidário, viria neste mesmo ano a sua indicação para o governo do Estado, posto a partir do qual consolidaria de maneira mais definitiva as suas posições e construiria a sua máquina política.

Após a fusão e a criação do novo Estado Rio de Janeiro em 1975, Chagas, após uma longa e intensa luta contra os amaralistas pelo controle partidário (chegou a impugnar, entre outros golpes, vinte mil filiações), manteria o controle partidário e seria reeleito em 1978 para o governo.

Dono de uma das maiores fortunas do país, de acordo com O Estado de São Paulo, Chagas teria enriquecido a partir da sua íntima vinculação com o setor empresarial imobiliário principalmente durante o período de 1970 a 1978. De acordo com os dados oficiais publicados pelo Diário Oficial do Rio de Janeiro em 20 de julho de 1978, Chagas era proprietário de mais de 150 imóveis, além de letras de câmbio e ações das maiores empresas do mercado de capitais.

Milionário, Chagas mantém relações estreitas com o grande mundo dos negócios e do poder. Além de pertencer ao Lyons Clube e à Loja Maçônica, recebeu da Liga de Defesa Nacional a Medalha do Mérito Cívico, do presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro a Medalha do Mérito Industrial e do então ministro da Guerra, general Orlando Geisel, a Medalha do Pacificador.

Os empresários mamam e o povo fica a ver navios

As classes populares ganham com a política de clientela praticada pelo chaguismo? No fundamental, não é o que conclui um estudo recentemente divulgado pelo Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro. No mercado dos favores, quem mais lucram são aqueles que têm mais poder econômico para fazer prevalecer seus interesses.

Analisando a evolução da receita tributária do município do Rio de Janeiro, os economistas observaram uma brusca redução de seu valor nos últimos anos, o que leva a crer que "o relaxamento e os favores foram muito fortes". Entre 1979 e 1981, a participação no Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) caiu de 35,0 para 29,8 bilhões de cruzeiros (queda de 15%); a arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) caiu de 29,4 para 24,2 bilhões (queda de 18%); a arrecadação do Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) declinou de 20,4 para 13,2 bilhões de cruzeiros (queda de 34%). Ou seja, uma enorme massa de recursos públicos não foi arrecadada devido a favores e estímulos fiscais concedidos a empresários de diferentes setores.

Com relação aos gastos, observa-se uma queda violenta das despesas com pessoal entre 1979 e 1982, nos gastos dedicados à saúde e educação.

Despesas do município por função:		Cr\$ bilhões de 82					
Ano		76	77	78	79	80	81
Educação		36,5	36,9	35,7	44,7	44,7	35,9
Habitação		21,7	24,9	23,3	22,5	21,6	19,6
Saúde		8,9	12,4	15,9	16,5	12,6	10,7

A desativação do DOPS gaúcho

A nova face da repressão política

O episódio da desativação do DOPS gaúcho é mais do que um ato demagógico do governador Amaral de Souza. Revela a ponta de um processo de adaptação e reforço da polícia política no Brasil.

Por Juares Guimarães

Mais do que denunciar o sentido demagógico da desativação do DOPS gaúcho e a incineração de seus arquivos, é preciso marcar bem o seu significado, ponta visível de todo um processo de reestruturação da polícia política no Brasil.

A incineração das quase dez toneladas de arquivos fotográficos, fichários, livros etc. não tem para a oposição outro significado senão o de preservar a polícia política gaúcha de uma eventual devassa que certamente traria indicações para a comprovação da história de crimes cometidos por este órgão. É óbvio que na longa existência do órgão foram tirados milhares de cópias do fichário que hoje repousam nos arquivos da chamada comunidade de informações. Além do que, segundo policiais que trabalham na área de crimes comuns no mesmo prédio do Palácio da Justiça, parte significativa do material foi retirada antes. Informação veiculada na própria grande imprensa gaúcha, no jornal *Zero Hora* de 28/5.

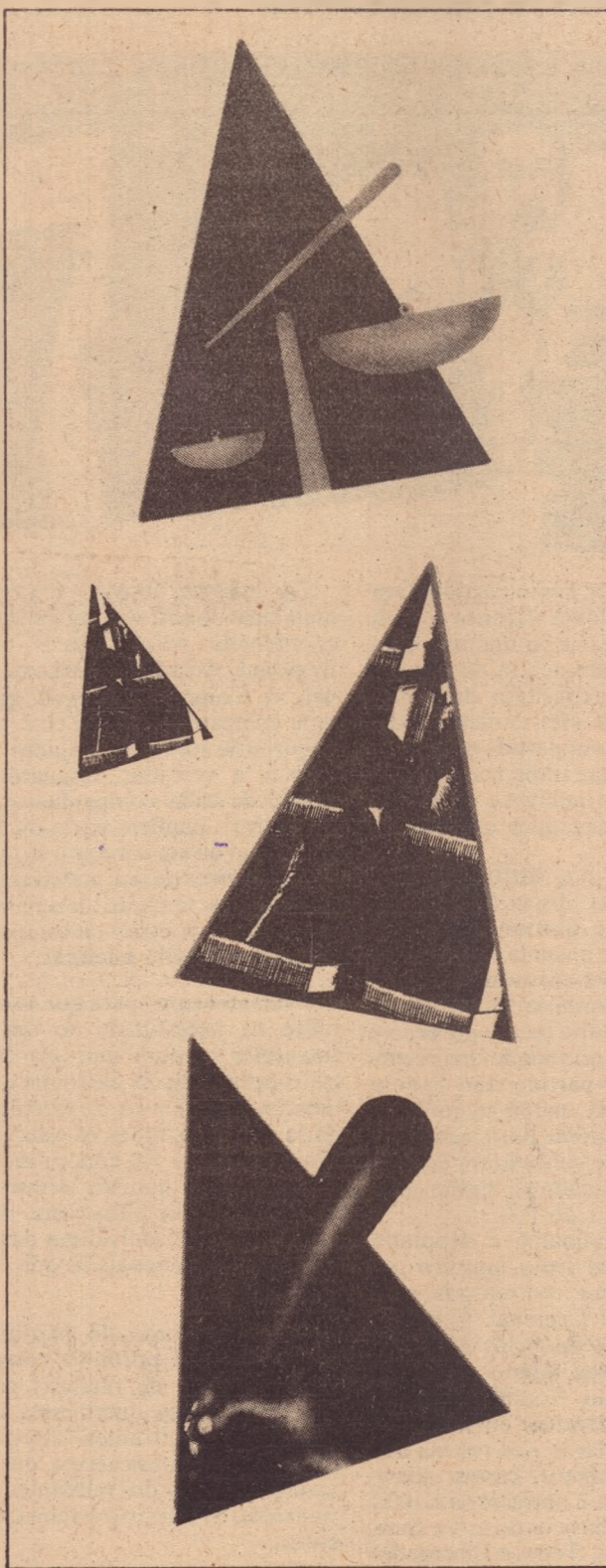
A situação do DOPS gaúcho que teve o seu homem mais importante, o delegado Pedro Seelig, comprovadamente envolvido no seqüestro dos uruguaios Univer-sindo e Lilian até hoje presos nos cárceres da ditadura daquele país, afastado de suas funções, dá bem uma amostra da disfunção do órgão em um momento em que a truculência do período de guerra aberta contra a esquerda e os movimentos populares é substituída por métodos mais sofisticados. O próprio DOPS paulista, que tem à frente o poderoso delegado Romeu Tuma, tem no período recente se dedicado mais ao combate do tráfico de drogas, seqüestros (sem motivação política), perseguição de presidiários em fuga do que a funções próprias da polícia política.

Por tudo isso, há expectativas que mais DOPS sejam desativados, sendo já noticiado que o governador de Santa Catarina, Henrique Cordova, já determinou ao seu Secretário de Segurança para tomar providências idênticas às do governador gaúcho.

Adaptação

A polícia política, no fundamental, não tem uma história à parte, autônoma da trajetória do regime. Suas atividades, suas formas de organização refletem basicamente os movimentos da ditadura. E é na lógica do projeto de abertura que devemos encontrar o porque das mudanças adaptativas pelas quais passa a polícia política.

Uma primeira característica do projeto da abertura é a de tentar passar o fundamental da repressão à esquerda e aos movimentos populares por dentro dos condicionamentos da legalidade, à qual é submetida a um controle estrito do governo (a recente emenda pré-condicionando qualquer alteração da constituição a uma maioria de dois terços no Congresso tem este sentido de controle). As duas grandes exceções ficam por conta da repressão no campo e às classes populares através dos "esquadrões da morte" e aparatos policiais. As principais investidas da ditadura nos últimos anos sobre o movimento operário-popular buscaram guarida na legalidade do regime, principalmente, na Lei de Segurança Nacional, como foi o caso do processo dos sindicalistas do ABC. No período



Editorial

A polícia política, os liberais e o PT

O regime brasileiro está empreendendo uma reorganização dos "órgãos de segurança", da sua polícia política. Os DOPS vem perdendo funções (em alguns casos, sendo desativados), tenta-se legalizar mais a repressão, e a Polícia Federal passa a desempenhar um papel mais importante (e mais centralizado) na repressão política.

Trata-se de uma medida da "abertura" que deva ser apoiada

pelos que lutam pela causa dos trabalhadores e portanto pela democracia?

De modo algum. Muito ao contrário, nesta campanha eleitoral devemos ter como um dos eixos centrais denunciar esta reorganização, e exigir o desmantelamento de todos os órgãos de repressão política. Esta será a melhor maneira de retomar o espírito da luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, da luta contra toda a repressão

política que o regime exerce em favor das classes dominantes e contra os trabalhadores e setores populares.

A plataforma nacional do PT, com muita razão, defende a extinção do Conselho de Segurança Nacional, do SNI, do DEOPS, do DOI-CODI, do CENIMAR "e de todo o aparato montado para reprimir o povo e proteger os tubarões". Defende também a luta para revogar toda a legislação repressiva: a Lei de

Greve, a Lei de Segurança Nacional, a CLT (que é usada para reprimir o movimento sindical), a Lei de Imprensa, a Lei dos Estrangeiros.

Os partidos da oposição burguesa, que não questionam o Estado dos patrões, defenderão uma linha mais liberal que a do governo, legalizando um pouco mais, controlando um pouco mais pelo governo a polícia política, evitando um pouco mais os seus excessos.

A linha divisória entre esta política e a comprometida com os trabalhadores está justamente em não assumirmos nenhum compromisso com o Estado dos patrões, e muito menos aceitar a sua polícia política. Apontar a necessidade de lutarmos para desmantelar todo o aparelho de repressão política é a única maneira de sermos coerentes com o nosso objetivo central, que é o de ter os trabalhadores e o povo no poder.

Como fazer uma campanha de fato unitária

Por Raul Pont (*)

"São estes momentos da vida partidária que mostram claro quem está efetivamente comprometido com a construção do PT como um partido de massas e combate da classe trabalhadora, unificando sua ação política e educando seus militantes na prática coletiva."

As eleições deste ano constituem-se num duro e importante teste para o PT. Com menos de dois anos de vida, obrigado a cumprir uma legislação eleitoral imposta e casuística para se legalizar, o PT viverá seu primeiro teste de urna. Para o PT, evidentemente, este não é um teste decisivo. Os trabalhadores conhecem os limites do parlamento burguês e a distância que separa o formalismo das Constituições — principalmente da brasileira — da dura realidade no interior das fábricas e dos locais de moradia.

Há, no entanto, um outro aspecto desse processo. As eleições, independente disso, são importantes. Darão uma dimensão mais real da implantação do partido, sua extensão nacional e, principalmente, como um partido como o nosso se comporta frente a um processo eleitoral burguês, viciado pelos casuísmos, pelas trapanças jurídicas e o poder econômico exigido para sustentar uma campanha eleitoral de massas.

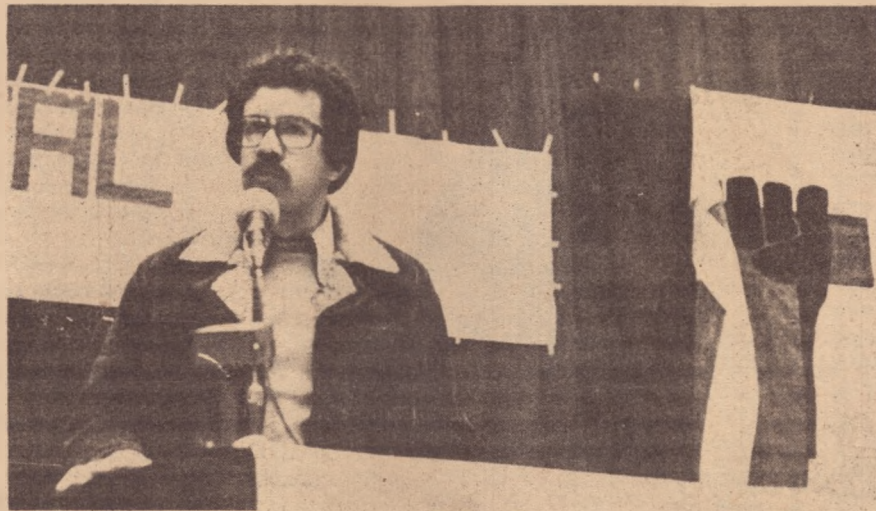
Este talvez seja o teste mais duro que o PT enfrentará em seu próprio interior. A pouca idade, a débil estrutura orgânica que contribui para a descentralização política, um jornal ainda recém-nascido e as origens heterogêneas de sua formação levam o PT a uma prova de fogo neste ano.

O risco de que essas debilidades e origens desaguem na campanha eleitoral como uma força centrífuga é enorme.

As decisões nacionais aprovadas sobre critérios nas escolhas de candidatos, formas de campanha, compromissos posteriores dos eleitos com o partido, foram importantes mas insuficientes.

O PT do Rio Grande do Sul deu um passo decisivo nesse sentido em sua plenária estadual de abril, aprovando uma resolução sobre campanha unificada e fundo financeiro comum. Essa resolução foi mais aprofundada e normatizada pelo Comitê Eleitoral Regional criado naquela oportunidade, sofrendo suas últimas definições na reunião do Diretório Regional do partido realizada neste último fim de semana, 13 de junho, em Porto Alegre. A reunião do Diretório Regional foi ampliada com a presença e o voto dos presidentes dos diretórios zonais e municipais do estado.

A resolução aprovada é, seguramente, uma das mais coerentes definições eleitorais do PT com seu programa e com seus objetivos. As decisões tomadas na plenária estadual gaúcha



significam colocar nosso partido num patamar de qualidade superior em seu processo de construção unitária, centralizada. Esses momentos da vida do partido é que explicitam de forma clara quem quer efetivamente construir o PT como um partido de massas e combate da classe trabalhadora, unificando sua ação política e educando seus militantes na prática coletiva.

O coletivo e o individual

Para que essa discussão seja de conhecimento do partido e sirva de experiência a ser passada, vejamos as principais decisões aprovadas.

A decisão prioritária foi em torno da chapa majoritária para o governo e senado. Toda a prioridade dos recursos coletivos do partido irão para o fortalecimento da chapa majoritária estadual — composta por cinco companheiros — que simbolizam em um único cartaz a unidade e o caráter coletivo da campanha do PT.

Todos os candidatos a deputado estadual e federal terão também sua **campanha pública** centralizada pelo Comitê Eleitoral Regional. Cartazes, painéis, utilização de meios de comunicação de massas serão coletivos e coordenados pelo Comitê Eleitoral. A campanha individual ou "dobradinhas" dos candidatos, fica restrita aos "santinhos", panfletos, cartas, adesivos e em toda ela é obrigatória a referência aos eixos básicos de nossa campanha (Trabalho, Terra e Liberdade) bem como a indicação da chapa majoritária. Nenhum diretório municipal ou zonal poderá ser transformado em Comitê Eleitoral de um candidato exclusivo, nem haverá "feudos" ou "áreas fechadas" para candidatos. Os diretórios municipais poderão ter candidatos preferenciais às eleições proporcionais estaduais e federal desde que sejam candidatos do local, da região ou por decisão regional de diretórios municipais.

Da mesma forma, a campanha municipal deverá ser também coletiva, coordenada pelo Comitê Eleitoral Regional. Através de cartazes ou jornal, o Comitê Municipal garantirá uma campanha coletiva com a chapa majoritária local e o conjunto de candidatos a vereador, resguardando o direito de cada companheiro ter seu "santinho", panfleto, carta ou adesivo individual ou em conjunto com outros companheiros de sua preferência. Essa propaganda também deverá referenciar os eixos políticos da campanha e a chapa majoritária estadual.

Evidentemente, para que isso se viabilize há necessidade de um fundo financeiro comum que seja centralizado pelos comitês eleitorais e subordinado às instâncias de direção partidária. Por isso, todos os esforços hoje são no sentido da concentração dos recursos pelos comitês eleitorais unificados e no disciplinamento da prestação de contas individuais das candidaturas proporcionais de dois em dois meses.

Todo o esforço do partido nesse momento deve, portanto, concentrar-se nas tarefas de finanças coletivas através de festas, quermesses, campanhas de simpatizantes, arrecadações extras, shows musicais etc. que envolvam o conjunto dos militantes na centralização de uma campanha unitária e eficaz.

Essa será a forma do PT responder ao regime e mostrar ao conjunto da população como se pode fazer uma campanha eleitoral diferente. Sem demagogia, sem favores nem clientelismo, sem voto de curral ou cabo eleitoral sustentado com dinheiro e promessa de emprego. E sem os milhões de cruzeiros que os candidatos burgueses dispõem para garantir sua dominação de classe através da pretensão igualdade do voto parlamentar.

RGS

Lula agita a campanha

Ao final de dois dias de caravana política pelo estado a visita recente de Lula ao Rio Grande termina numa animadíssima festa popular no centro da capital.

Por Gerson Almeida

A população de Porto Alegre e cidades vizinhas atendeu ao convite do partido e foi passar a tarde do dia dos namorados (12.06), com o PT.

O local era o Largo dos Açorianos, bem perto do centro da cidade onde dezenas de barracas com quentão, vinho, cucas e todo o material de divulgação do partido foram fartamente vendidos. Não faltou sequer o tradicional churrasco feito num fogo de chão.

Foi uma grande, bonita e colorida festa popular que contou inclusive com jogos de argola, rifas e um tiro-ao-alvo onde o objetivo era acertar nas caricaturas de Figueiredo, Delfim Netto e Amaral de Sousa. Esta barraca foi muito disputada.

Esta festa-comício finalizou o extenso roteiro que o partido havia organizado para os dias em que Lula, o seu presidente nacional, estaria no estado.

A caravana petista, tendo ao centro Lula, contando com os candidatos majoritários e vários deputados estadual e federal, percorreu alguns municípios do Vale dos Sinos, região fortemente industrializada, onde o PT já é um dos maiores partidos.

O roteiro começou na sexta-feira, dia 11, na praça Tiradentes em São Leopoldo, onde cerca de mil pessoas desafiaram um tempo instável, que persistiu durante todos os comícios, e foram ouvir Lula e as mais expressivas lideranças partidárias do município e do estado.

Falaram também, os candidatos a prefeitura dos municípios vizinhos: Esteio, Estância Velha, Sapucaia e o candidato de São Leopoldo, Ângelo Dal Cin, que enfatizou a necessidade de colocar os recursos do município sob controle da população e distribuí-los de acordo com seus interesses. Miguel Rosseto e José Clóvis de Azevedo, indicados pelo Diretório Municipal, representaram os candidatos a deputado estadual e federal, respectivamente.

Falando sobre a forte industrialização da região e do nível de mobilização de seus trabalhadores (como mostrou a recente greve em Novo Hamburgo), Raul Pont, candidato ao senado, disse que devemos transformar o Vale dos Sinos no ABC do Rio Grande.

O ataque do PMDB

Mas foi no sábado, em Novo Hamburgo, que mais uma vez ficou evidente a importância de não criar ilusões na conduta dos outros partidos.

O prefeito da cidade, que é do PMDB, encheu a praça do Imigrante de auto-falantes que tocavam uma música ensurdecadora, impedindo o comício do PT marcado para aquele local, que acabou tendo que ser transferido. Este boicote ao PT foi denunciado aos presentes por Nelson de Sá, presidente do Diretório Municipal e candidato a deputado estadual.

Mesmo nestas circunstâncias e com a chuva que só parou no final, cerca de 600 pessoas assistiram o comício do partido.

Em Porto Alegre, desde cedo as bancas dos núcleos e zonais do PT com suas bandeiras e faixas coloridas eram disputadas pelas mais de cinco mil pessoas que visitaram o largo durante a tarde, um público que esgotou quase todo o material que foi levado, desde comida e bebida, até livros e brindes dos jogos.

No seu discurso, ao final do comício, Lula denunciou o boicote que é feito ao PT pelos órgãos da grande imprensa e as falcatruas do candidato do PDS, Jair Soares, na Previdência Social, sendo interrompido várias vezes com os gritos de todos ... ladrão! ladrão! ladrão!

Com uma concordância unânime sobre este ponto e seguros que não se trata apenas de falta de honestidade, mas de todo um modelo que tira o máximo de quem tem pouco para pagar a incompetência e mordomias de poucos, todos saíram satisfeitos com a bonita festa e certos de que é necessário que os trabalhadores comecem a comandar o navio antes que ele afunde.

(*) Raul Pont é vice-presidente do PT gaúcho, candidato ao senado pelo RGS e membro do Conselho Editorial do EM TEMPO.

PERSPECTIVA
Internacional

**n.º 2: Assinatura
anual Cr\$ 1.200,00
Cheque à
Editora Aparte.**

Belo Horizonte lança vereadores

Quinta-feira, 10 de junho, feriado. Encontro Municipal do PT. Quatrocentos militantes do partido em Belo Horizonte encontram-se na Faculdade de Direito. A pauta é extensa: discussão do programa municipal, do cronograma eleitoral e a tão esperada apresentação dos candidatos à Câmara Municipal.

As discussões em grupos, feitas pela manhã, anteciparam a plenária final, na parte da tarde. Um clima de otimismo, originado das possibilidades eleitorais do partido, esteve presente em cada grupo.

O Programa Municipal foi dividido em dois pontos: em primeiro lugar a discussão mais de fundo, a questão do poder municipal, suas limitações e a estratégia de atuação do partido. Em segundo lugar, as propostas do PT para vários problemas específicos: saúde, habitação, educação, saneamento, cultura, ecologia etc. A plataforma municipal girou em torno do eixo da plataforma nacional do partido: Terra, Trabalho e Liberdade. A proposta de uma reforma urbana foi debatida e planejada uma intervenção unificada de vários órgãos de infra-estrutura (água, luz, telefone, transporte) numa ocupação coordenada pela prefeitura, dos 500 mil lotes vagos na região metropolitana de Belo Horizonte, de forma a resolver o problema dos 420 mil favelados da cidade. Assim, a Prefeitura passaria a decidir sobre a aplicação de recursos na área de habitação popular e o controle do mercado da terra na região urbana, diminuindo a especulação.

As proporções que a luta pela melhoria do transporte coletivo tem assumido na região metropolitana de Belo Horizonte e

os sucessivos aumentos nos preços das passagens de ônibus (dois aumentos em poucos meses de um mês!) motivaram a discussão da questão do transporte como ponto de pauta específico. Uma intervenção ativa do partido neste movimento foi estabelecida. Uma de suas lideranças, Lourival Andrade — candidato a vereador pelo PT — informou que um dos objetivos do movimento é sua ampliação unificada para as várias regiões de Belo Horizonte, de forma que a experiência de lutas que já foi acumulada seja difundida (veja EM TEMPO n.º 150).

A seguir foram apresentados 45 candidatos do partido à Câmara Municipal, entre os quais D. Helena Greco, Célius Aulicus, Patrus Ananias, Lourival Andrade e Trivelato. Contudo, o partido concluiu pela necessidade de se completar a chapa de 63 candidatos e, considerando que atualmente ela é composta em sua maioria por lideranças de bairro, os restantes 18 nomes serão escolhidos prioritariamente entre representantes de categorias funcionais. A estruturação dos 8 comitês zonais e respectivos fundos financeiros está sendo implementada, de modo que o partido se distinga pelo próprio estilo de sua campanha: uma campanha solidária e unificada.

A pré-convenção municipal encerrou-se com as intervenções dos candidatos majoritários do partido, quando a candidata ao governo, Sandra Starling, denunciou os candidatos dos demais partidos e apontou o PT como o único partido realmente de oposição. O filme Linha de Montagem, de Renato Tapajós, foi exibido para os militantes presentes no final da pré-convenção. (Da Sucursal).

Rio lança campanha

Muita alegria, cores, músicas, e barraquinhas. Uma verdadeira festa, num clima de grande solidariedade e união, marcando enfim o lançamento da campanha eleitoral do PT fluminense no último dia 10 em Nova Iguaçu. Cerca de 5 mil pessoas acolheram à convocatória e lá compareceram para ouvir principalmente os candidatos majoritários do estado.

O discurso dos candidatos foi marcado pelo tom unido de suas intervenções: um tom forte, de combate e denúncia à situação vigente e ao mesmo tempo preocupado em apontar o socialismo como a meta maior do partido. Particularmente o discurso de Lisâneas foi

muito bem recebido pelo conjunto dos militantes e pela massa presente sobretudo nos ataques ao "gangsterismo policial chaguista" e às "variadas formas de vinculação dos demais partidos com a estrutura de opressão do regime militar".

Todos os candidatos foram ainda unânimes em destacar que a campanha do PT terá sua tônica ditada pela classe trabalhadora: nossa campanha terá que ser a campanha da classe, foi o slogan.

Ao final a apresentação dos candidatos a prefeito pelas cidades da baixada fluminense, e em especial destaque, falou Ismael Lopes, candidato por Nova Iguaçu. (Da Sucursal)

Dia 19: Lula em Osasco

O segundo ato público da campanha de Lula na região metropolitana de São Paulo será agora no próximo dia 19, sábado, em Osasco. Faixas, cartazes, pichações etc, estão convocando não apenas osascoenses mas a população em geral para a festa, e o comício de Lula, que se dará às 19 horas no Largo da cidade. Depois do sucesso extraordinário do dia 21 de abril, no lançamento inicial da campanha paulista na zona sul da capital, espera-se agora em Osasco mais um grande tento da campanha petista.

Alguns problemas no entanto vêm prejudicando a preparação da festa. Setores minoritários do Diretório local, liderados por José Pedro (e pior, com o aval da direção estadual) estão tentando a todo custo revogar a decisão

da pré-convenção municipal que há meses já decidiu a chapa majoritária e de vereadores da cidade. E com métodos absurdos, forjando documentos, tentaram no último fim de semana convocar uma nova pré-convenção para apreciar sua proposta, agora de lançamento de sublegenda em Osasco — quando então pretendiam colocar um novo nome para prefeito. Mas, o tiro saiu pela culatra, e, apesar do vergonhoso apoio da direção estadual a esta iniciativa, o encontro não teve sequer quorum para apreciar suas pretensões.

É hora de corrigir radicalmente estes procedimentos sob pena da campanha, e não apenas a festa do dia 19, virem a ser prejudicados em prol de ambições pessoais e métodos escusos.



São Paulo Comitê Unitário ameaçado

Hoje, no estado de São Paulo, o PT vive uma situação contraditória. Por um lado o enorme crescimento da candidatura Lula mas por outro, a direção estadual do partido vem vivendo uma séria crise. Num primeiro momento foi sua inusitada proposta reformista de Plataforma, corretamente rechaçada pela instância máxima nacional do partido. Depois, foi a falta de uma condução correta do encontro da capital para a escolha de vereadores; posteriormente, uma reiterada investida reformista através da proposta de Plataforma Estadual foi igualmente vetada pela última pré-convenção; e agora, para espanto geral, saem as normas para regulamentação da campanha eleitoral praticamente quebrando seu caráter unitário.

Com a Comissão Executiva encontrando enorme dificuldade até mesmo para reunir (a grande maioria de seus membros são candidatos a algum cargo) e com duas reuniões sucessivas do Diretório Regional sem quorum para deliberação, o fato é que a proposta de regulamentação vai já se consumando como realidade.

O ponto original (até agora nenhum estado, pelo que temos notícia, havia decidido algo semelhante) central e mais grave da proposta da direção paulista é o seguinte: "Cada candidato poderá formar seu escritório (um único) de coordenação de sua campanha. Isto porque os apoiadores da campanha dos candidatos — que é mais ampla que a campanha do PT, insistimos (sic) — precisam ser organizadas para atuar na campanha unificada do PT..." O decorrer do texto fica ainda mais claro. Por exemplo, diz-se que os escritórios estão subordinados aos Comitês Unificados mas, ao mesmo tempo, eles têm autonomia para decidir eventos, programações, comícios, materiais etc. devendo tão somente "comunicar" ao comitê suas iniciativas e "enviando pelo menos um exemplar do material".

Ou seja, está criado e sagrado o Comitê Individual. No mais, a proposta tenta salvar as aparências com afirmações vazias do tipo: "os candidatos proporcionais deverão se empenhar na formação dos comitês unificados". Mas como, se eles estarão se desdobrando nas "suas" tarefas eleitorais?

Quanto a finanças comuns, a linha é análoga. A única proibição ao candidato individual são os "out-doors" e "brindes". Fora isso, não há nenhum limite, apenas uma nova frase vazia, salvando as aparências: "são proibidos gastos excessivos... que não estejam ao alcance dos demais candidatos".

A única obrigação financeira do candidato individual é vender uma quota parte da campanha financeira comum dos majoritários (ainda indefinida) e pagar 30% do arrecadado por sua campanha própria. O que não é tanto, como pode parecer pois o texto refere-se aqui a campanha individual de arrecadação (shows, (sic), rifas, festas, almoços etc) e não ao gasto do candidato. Ora, todos sabemos que o grosso de muitas campanhas não virá por este tipo de arrecadação (a qual, ainda assim é de difícil controle pelo partido). Melhor seria, mais honesto inclusive, dentro desta linha da estadual, ir direto ao ponto: as portas estão abertas, cada um faz o que quiser, desde que pague uma taxa para o partido sobre o que gastou.

Enfim, a proposta da estadual faz letra morta dos comitês unificados, reduzidos que ficam a meros comitês dos majoritários a cada nível e legítima ao mesmo tempo a campanha individual, praticamente sem limites. Ou seja, a Carta Eleitoral do PT foi furada.

Pior ainda, mesmo sem ter sido aprovada pelo Diretório esta regulamentação de campanha já está recebendo instruções de ser posta em prática o quanto antes: "Por a campanha dos proporcionais na rua", é o lema. Como? Cada um por si, parece ser a nova lei...

O PT e a esquerda

Como tratar as diferenças petistas

Uma avaliação do papel da esquerda na construção do partido e da recente resolução da direção nacional sobre o tema.

Por Flávio Andrade

Uma resposta à Convergência Socialista (assim designada informalmente por membros da própria direção do partido) parece ter sido a motivação básica da nova resolução do PT sobre suas relações com as demais correntes de esquerda (ver na página ao lado). A partir da notoriedade que as absurdas e sectárias posições entristas da Convergência ganharam dentro da vida partidária, com repercussões inclusive dentro da última pré-convenção nacional, a direção nacional não poderia deixar de se manifestar. E, neste sentido, a resolução que agora acaba de ser lançada para discussão interna é antes de mais nada louvável.

Um partido não se constrói sem um intenso debate interno. Sua consolidação programática e ideológica, a sedimentação de sua linha política, a afirmação de sua democracia e a construção e legitimação de sua direção são processos que não se esgotam num congresso, mas que são fruto de uma prática e uma discussão cotidianas frente aos vários acontecimentos externos e internos. E neste terreno do debate — em especial o interno — cumpre reconhecer que a direção do PT não tem sido tão presente quanto seria desejável, principalmente nas pré-convenções, mas também fora delas.

A resolução é portanto duplamente positiva. Responde acertada e ofensivamente aos graves desvios da Convergência e ao mesmo tempo alimenta uma discussão permanente e de fundo para a construção do partido: sua relação com a esquerda.

A posição do EM TEMPO na discussão e no contexto do conjunto da esquerda: nossa trajetória de coerência e contribuições em meio a um quadro geral de desagregação e ziguez-zagues.

Uma discussão na qual nós do EM TEMPO entramos muito à vontade e com franqueza. Por um lado fomos nós que às vésperas da pré-convenção nacional trouxemos a público o combate ao entrismo da Convergência.

Mas, muito mais importante que isso, modéstia à parte, são a coerência e as conquistas de nossa trajetória desde a primeira hora dentro do partido que têm nos permitido reconhecida desenvoltura nesta discussão em geral tão incômodo para a maioria da esquerda.

O surgimento do PT — nunca é demais repetir — veio eclodir e revelar a profunda crise que vivia a maioria da esquerda brasileira. Alguns grupos estalinistas (PCB, PC do B e MR-8) foram simplesmente desmascarados, saltando à luz do dia seu papel de meras forças auxiliares da burguesia. E hoje, dentro do PMDB, com muito custo e sérios abalos, buscam expandir seus aparelhos.

Mas são os demais grupos, todos eles literalmente arrastados para dentro do PT (com a exceção de nós próprios e a Convergência) que nos interessam mais de perto. O grupo liderado por Osmarzinho, depois de frustradas tentativas de boicote à construção do PT, teve que abandonar o partido, hoje refugiando-se no jornal *Gazeta Democrática* dentro do PMDB. A

Ação Popular foi o grupo que mais profundamente sofreu a crise do surgimento do PT: depois de vacilar por longo período no dilema PP X PT acabou se esfacelando completamente como organização, seus ex-militantes hoje esparramados pelos mais variados pontos do espectro de posições dentro da esquerda. A **Ala Vermelha** que também vacilou enormemente diante do surgimento do PT, viu aprofundar-se ainda mais a crise de identidade que há muito vivia e entrou assim no período recente com quase nenhum dinamismo. O grupo em torno do jornal *O Povão*, apesar do enorme avanço na concepção do PT e no rompimento com a visão estratégica estalinista, ainda assim sofreu um impacto tão forte com a nova dinâmica imposta ao PT que acabou por fechar o jornal sem nenhuma perspectiva de continuidade. O **Companheiro**, foi dos que vacilou em menor medida em entrar no PT, mas o fez com tal ligeireza e sectarismo, através de sua concepção de frente política, que há



muito vem vivendo uma profunda crise interna, perdendo apoiadores, paralisado pelas divisões e terminando no fechamento do jornal.

Em meio a este quadro de desagregação da maioria dos grupos a **Convergência** e o grupo do **Trabalho** de fato se mantiveram, mas o preço que vêm pagando é alto. A Convergência mostrou logo que sua adesão de primeira hora ao partido era pouco sólida. Tanto assim que somente conseguiu se manter como tal, afirmar sua identidade, bandeando para o extremo oposto do profundo sectarismo diante do partido. Já o **Trabalho**, ao contrário, e depois de um frustrado namoro com a Convergência, para se manter teve que pular da sectária denúncia inicial do PT e do sindicalismo autêntico taxados de reformistas para a louvação oficialista, pouco convincente e confiável dos dias de hoje.

Por isso, e novamente modéstia à parte, cumpre reconhecer que neste contexto de decomposição ou ziguez-zagues inexplicáveis dos vários grupos da esquerda, o **EM TEMPO** é único. Não apenas estamos engajados no PT desde sua gestação, antes mesmo de seu lançamento. Mais do que isso, vimos fazendo-o dentro de uma mesma linha coerente e cada vez mais amadurecida de combinação da construção do PT com o desenvolvimento de uma corrente marxista-revolucionária no seu interior, subordinada e em permanente interação com o partido. E como atestado desta trajetória aí estão nossas várias contribuições e conquistas dentro da vida partidária e da esquerda em geral.

Este atestado pudemos constata-lo inclusive recentemente quando de um debate sobre o tema o PT e a esquerda, promovido semanas atrás pelo PT mineiro. Contando com a presença do companheiro Apolônio de Carvalho, como representante da direção nacional, lá expusemos com franqueza nossas concepções e práticas e de todos não recebemos senão o reconhecimento positivo de nossas contribuições à construção do partido.

A resolução ataca mas não aprofunda a política de entrismo e seus efeitos sobre o partido. Assim não arma os militantes para identificá-la e combatê-la.

Este longo parêntesis não é ocioso. Ele vem a propósito de deixar bem claro e comprovado desde que ponto de vista fazemos nossas observações críticas à resolução recente da direção do PT sobre a esquerda.

Em primeiro lugar não se justifica que um posicionamento como este, tratando de um tema tão importante, saia para o conjunto do partido apenas em nome da Secretaria de Organização da Comissão Executiva. A Executiva o discutiu preliminarmente, mas não chegou a aprovar o texto cuja redação ficou a cargo do companheiro Apolônio.

Em segundo lugar, a resposta à Convergência. Ela é correta e ofensiva; mas, lamentavelmente, superficial e indireta, pouco explícita. O endereço da crítica não é claro (apenas as pessoas que tiveram conhecimento da nota da Convergência na pré-convenção nacional entendem exatamente a quem se refere determinada passagem do texto). E a posição entrista da Convergência não é combatida a fundo, de maneira didática expõe e atacando ponto por ponto de seu argumento. Por isso mesmo, e em consequência, o resultado da posição da direção é vago, pouco preciso, e de difícil operacionalização pelo conjunto da militância. O que fica de concreto para a base do partido, que lerá a resolução, é nada mais que uma advertência e não uma política clara de como combater o entrismo e suas atitudes nefastas para a construção do PT.

Em terceiro lugar, independentemente da provável motivação básica da resolução, o fato é que ela não é apenas uma resposta à Convergência. Trata-se de um balanço mais geral das relações entre o PT e as demais correntes de esquerda. E nisso, a nosso ver, a resolução é bastante insuficiente.

Novamente a vagueza do texto não endereçando suas críticas ou elogios de modo inteligível para a maioria dos petistas, faz com que ele perca muito de sua força potencial. Mais do que isso, esta mesma imprecisão pode até ter um sentido nefasto dentro da vida partidária, semeando uma desconfiança indevida contra a esquerda em geral, alimentando um clima de conversa na surdina sobre quem será quem dentro do espectro de posições aludidas implicitamente pela direção nacional (a título de exemplo, várias críticas podem cair tanto sobre a Igreja como sobre a Convergência).

Por este aspecto, o texto inclusive perdeu muito da serenidade e maturidade para tratar o tema que marcou o texto

inicial, lançado um ano atrás pela direção sobre o mesmo tema. Esta resolução agora, apesar de num parágrafo reconhecer que alguns grupos da esquerda vêm tendo um comportamento comprometido com a construção do PT, apesar disso, está visivelmente marcada (e, chegaríamos a dizer, incentivando) um nocivo e injustificado espírito anti-esquerda dentro do partido. Nocivo porque o PT, como parte central da esquerda, deve tratar este conjunto desde dentro e não de fora, em nenhuma medida deixando espaço aberto para o eco do anti-comunismo tradicional da política brasileira. E injustificado também porque, como vimos, quase toda a esquerda dentro do PT vem se desenvolvendo de maneira positiva ao partido, ainda que o preço que a grande maioria dos grupos tiveram e vêm tendo que pagar para isso seja sua própria desagregação como tais.

O texto da direção não precisa os alvos de sua crítica. Assim muitos ataques ficam no ar podendo ser interpretados como dirigidos tanto à Convergência como a setores ligados à Igreja.

Por esta falta de ponderação no tratamento da questão é que o texto lança certos argumentos no mínimo ambíguos. Por exemplo, fala de "erradicar" desvios dentro do partido, mas sem distinguir concretamente a saudável luta política interna (onde o partido deve se pautar pela total liberdade de posicionamento e discussão entre as várias partes) e a necessária sanção disciplinar frente a atitudes que rompem a unidade externa do partido. Ou então quando lança críticas pouco precisas (e inteligíveis apenas pelo eivado tom anti-esquerda) ao afirmar como desvio, tanto a esquerda pretender projetar-se nos cargos majoritários, quanto ela recusar-se a tal encargo. Ou, por fim, quando critica aqueles que querem fazer do PT o "seu" partido, com "suas" idéias. Ora, todos os petistas não só podem como até mesmo devem se preocupar com os rumos e, portanto, com ter propostas para o partido — a cada instante e em perspectiva dentro do seu processo de construção. O mal não está em ter idéias próprias, mas depende da qualidade destas idéias e do método de lutar por elas dentro do partido.

Além destes equívocos, o texto não ressalta o mais importante numa avaliação geral que seria destacar o papel específico que a esquerda pode ter e vem tendo dentro do PT. Na contribuição à discussão de sua linha política (como ficou claro na pré-convenção nacional e especificamente na elaboração de sua Plataforma Eleitoral), na precisão de suas posições como por exemplo no caso das Malvinas, na conformação ideológica de sua visão socialista, na estruturação de suas linhas de intervenção setorial etc.

Enfim, as debilidades mencionadas marcam sensivelmente a resolução agora em debate dentro do partido. Por isso mesmo é que elas precisam ser retificadas proximamente pela direção nacional. Só assim é que os militantes terão em suas mãos uma efetiva arma para combater os desvios que ocorrem no partido e um verdadeiro instrumento para seu crescimento e consolidação política.

O PT e a esquerda

"Contra o oportunismo"

Abaixo, quase na íntegra, a resolução recente da direção nacional do partido intitulada "Novamente sobre as relações do PT com as demais correntes políticas de esquerda".

Há praticamente um ano, a Comissão Nacional Provisória chamava nossos filiados e militantes a um debate aprofundado sobre as relações entre o PT e as demais correntes políticas de esquerda.

Essa iniciativa explicava-se pela presença ativa de várias dessas correntes nas fileiras de nossa organização e tinha como objetivo estabelecer, através do debate interno, um consenso claro sobre o caráter do PT e sua condição inequívoca de Partido Político (...)

Um partido regido por funcionamento amplo e profundamente democrático, instrumento necessário para suas lutas diárias e para a acumulação de forças que permita a construção de uma nova sociedade sem explorados e exploradores amanhã. Um partido capaz de levar ao conjunto dos movimentos sociais uma orientação política unificadora, estabelecida democraticamente e aplicada sem dubiedades. Em síntese, um partido de novo tipo — de lutas e de massas — orientado pelos princípios de total liberdade de discussão e unidade completa na ação (...)

É este o desafio por que passam as correntes políticas de esquerda do PT. Elas não viveram, anteriormente, esse tipo original de organização. Isso explica suas resistências — e mesmo a recusa, aberta ou velada, completa ou parcial — em aceitar essas características inéditas. Isso se reflete na visão do que deve ser o PT, segundo suas propostas e nas dificuldades diárias em assimilar nossas normas de funcionamento e orientação.

A Resolução da Comissão Nacional Provisória procurava, já naquela época, detectar as causas de tais resistências e chamava as correntes políticas a olhá-las de frente e superá-las (...)

Em janeiro de 1982 a Comissão Política da Executiva Nacional volta ao mesmo tema, com a mesma preocupação, elaborando o documento interno 1/82, distribuído aos militantes do PT com o título "Sobre a Escolha de Candidatos". Ali se apontavam os desvios em que poderiam incorrer as correntes de esquerda dentro do PT, a propósito da campanha eleitoral de 82. Do doutrinário ao oportunismo eleitoral, tecemos considerações críticas, zelando pela integridade política do Partido junto aos trabalhadores do campo e da cidade. É bom lembrar que, na mesma linha, já havia se manifestado o presidente do Partido, na Convenção Nacional de Brasília, em consistente e aprofundado discurso.

Uma parte das correntes de esquerda está comprometida com a construção do PT, respeitando suas definições e princípios.

Qual foi a evolução observada?

A retrospectiva de todo um ano mostra que as correntes de esquerda assumiram práticas diferenciadas com respeito à nossa organização. Uma parte delas, assimilando as características originais do Partido, empreendeu uma ação de compromisso com a sua construção e respeito a suas definições e princípios. Revelaram, de forma cristalina, a justeza da confiança depositada pela Resolução e outros pronunciamentos da Direção Nacional na possibilidade de as correntes

de esquerda, com seu passado de lutas e com o potencial político de seus militantes, contribuir de forma efetiva na edificação do PT.

Outra parte, entretanto, adotou práticas reveladoras de seu ceticismo frente ao PT. Persistindo numa linha política definida anteriormente ao surgimento de nosso partido, não conseguiram enxergar, a partir de análise objetiva da nova realidade, o elemento original que dela despontava e o papel que lhes cabia, enquanto correntes que se proclamam do movimento operário e popular, na consolidação do PT. O PT constitui-se, para elas, tão-somente em um elemento a mais da conjuntura atual e, portanto, trata-se apenas de adequá-lo a seus interesses enquanto correntes e **utilizá-lo** da melhor maneira na sua prática política. Tais práticas se revelam através de um conjunto de

firmarem enquanto tendências, cada vez mais à margem do PT.

Uma terceira atitude, que em realidade constitui uma variante da aparelhista, com características ainda mais prejudiciais, é a política do **entrismo**, adotada por certas tendências. Para essas tendências, o PT não é um instrumento revolucionário, simplesmente porque não adota as suas idéias. São obrigadas a reconhecer, no entanto, o fato inegável de que o Partido é constituído fundamentalmente de trabalhadores e dia a dia ganha maiores simpatias entre as massas exploradas de todas as regiões no Brasil. Para essas correntes resta a opção de entrar no PT na tentativa de se aproximarem dos trabalhadores e se fortalecerem enquanto correntes políticas. Em última análise pretendem transformar o PT no seu Partido, porta-voz de suas idéias. Porque o PT não adota suas visões

de candidaturas sabidamente mais amplas, ora tomam a atitude oposta de forçar a indicação de companheiros com reconhecida projeção eleitoral para os cargos majoritários, a fim de que seus elementos pudessem disputar, com maiores chances, as candidaturas de deputados e vereadores.

Neste último ano abundaram exemplos de atitudes deformadas... Não hesitaremos em tomar drásticas providências contra estes desvios.

Exemplo maior de todos esses desvios apontados até aqui é o documento que veio a público — e inclusive às mãos da Executiva Nacional — durante a realização de nosso último Encontro Nacional. Atribuído a determinada corrente — ou parte dela —, que proclama apoiar o PT, o documento revela de forma clara até que nível pode chegar a chamada política do "entrismo". Ali estão contidos os ataques mais ferozes ao PT e à sua Direção, dentre um amontoado de falsificações e críticas descabidas. Chega-se mesmo à confissão de que, para tal tendência, só existem duas opções: ou bem consegue moldar o PT à sua imagem e semelhança ou rompem com o conjunto partidário.

É desnecessário repetir que os compromissos da Executiva Nacional são com o conjunto da classe trabalhadora, no campo e na cidade, e não com essa ou aquela corrente, portando esse ou aquele desvio. Em consequência, é importante deixar bem claro que não hesitaremos em tomar drásticas providências contra esses desvios oportunistas, visando erradicá-los do PT e com o objetivo de manter, honrar e aprofundar os compromissos do Partido, que se estabelecem com o conjunto das camadas exploradas do país, e não com pequenas seitas.

As práticas referidas são evidentemente inconciliáveis com as propostas de nosso Partido. Devem ser discutidas, enfrentadas e rechaçadas pelo conjunto dos militantes de forma resoluto, o que não foi feito até o momento na intensidade devida.

A discussão proposta com a Resolução da Comissão Nacional Provisória não se desenvolveu da maneira extensa e profunda que era necessária. Conseqüentemente, o Partido viu-se desarmado na tarefa de identificar as atitudes deformadas e combatê-las.

Fica cada vez mais claro que o aprofundamento das questões aqui levantadas deve ser realizado pelo conjunto do PT, de forma a garantir que a defesa de suas características essenciais seja realizada pelo coletivo do Partido, e sem demora. Não se pode tolerar que o PT sirva de escudo e instrumento na mão de umas quantas correntes estreitas. É preciso afirmá-lo como instrumento dos trabalhadores e de suas lutas. Tal é a tarefa que se coloca para o conjunto dos militantes na etapa atual de sua construção.

Ou essas tendências se conscientizam da necessidade de retificarem seus comportamentos políticos dentro — e fora, por que não dizer? — do Partido, ou não haverá mais lugar para a prática de tais desvios no Partido dos Trabalhadores. Quem viver, verá."



atitudes que refletem as deformações já apontadas por diversas vezes pela Direção Nacional.

Uma primeira atitude é representada por algumas tendências que agem como se o PT fosse uma mera frente política de esquerda, simples soma de correntes. Atribuem-lhe, pois, um papel puramente tático e conjuntural e não conseguem enxergar no PT mais que uma possibilidade de acordos momentâneos entre essas diversas tendências em torno de objetivos parciais. Efetivamente não acreditam no PT, não respeitam suas decisões internas, tiradas pelo conjunto dos militantes, e, a todo instante, violam a unidade de ação, levando a sua própria política independentemente do PT.

Uma segunda atitude, que pode ser denominada **aparelhista**, vê o PT como simples engrenagem para a transmissão de sua política. As correntes que a adotam procuram utilizar-se das estruturas de nosso partido em benefício de seus próprios interesses particulares (como a eleição de seus candidatos no próximo pleito, por exemplo). Na verdade estão interessadas no crescimento do PT apenas na medida que isso signifique crescimento de suas próprias correntes. A todo instante estão preocupadas em controlar instâncias do Partido, limitam a participação de outros militantes, atuando objetivamente **contra** o PT. Vêm no PT não um instrumento novo, produto das lutas dos trabalhadores e de suas formas mais elevadas de organização, voltado justamente para o fortalecimento dessas lutas. Mas apenas como um meio de se políticas, algumas tendências adeptas do entrismo chegam a acusá-lo de ser um instrumento "contra-revolucionário"; procuram jogar o conjunto dos militantes

contra a direção do Partido, utilizando-se para isto até mesmo da deturpação grosseira dos fatos, ao mesmo tempo em que tentam crescer enquanto tendência parasitando o PT. Começando a perceber que dificilmente o PT adotará as propostas estreitas que sustentam, esses setores já estabelecem como objetivo aglutinar em seu redor um número significativo de adeptos, dentro do PT, para romper com o restante do Partido na melhor oportunidade. A política do entrismo é essencialmente uma política fracionista que, em última instância, leva à divisão e enfraquecimento do PT.

Outra parte, entretanto, cética com o partido, apenas o utiliza, marcando-se pelo frentismo, aparelhismo e entrismo.

Neste último ano abundaram exemplos das atitudes deformadas indicadas acima. Em certos lugares, correntes políticas dominaram por completo e de tal forma Diretórios Municipais que impediram, com sua ação, que companheiros trabalhadores participem das discussões e deliberações dos rumos do Partido. Tudo isso sob a convivência e até mesmo o apoio de Diretórios Regionais não menos bloqueados pelas mesmas correntes.

Em outros lugares, a indicação de nomes para os cargos majoritários nas próximas eleições, deu margem a todo tipo de atitudes levianas e descompromissadas, por completo, da tarefa de construção e fortalecimento do PT. Ora algumas correntes se utilizam do domínio exercido sobre certos Diretórios para encaminhar a indicação de seus representantes aos cargos majoritários, em detrimento



A guerra das Malvinas Os torturadores capitulam, a luta continua

“Rendição, traição”, “vai se acabar, a ditadura militar” foram os slogans que cem mil argentinos entoaram em resposta à primeira tentativa de Galtieri para justificar a humilhante rendição. Todos os olhos se voltam para os próximos atos da tragédia argentina.

Terminou o primeiro ato da farsa-tragédia. Os generais torturadores capitularam sem condições perante as tropas imperialistas. Na manhã de hoje, 15 de junho, o general Mario Benjamin Menéndez, que tinha jurado não sair com vida de seu posto de comando nas Malvinas, assinou a rendição depois de uma viagem a Buenos Aires. O governo britânico afirma que 15.000 soldados argentinos entregaram suas armas.

Todas as nações imperialistas colocaram-se junto à Grã-Bretanha para levar adiante a agressão e conseguir esta primeira vitória. Porém, a derrota argentina não se deve a sua inferioridade militar. A ditadura das Forças Armadas, parida e alimentada pelo imperialismo, não podia ter o caminho da vitória. Nenhuma das medidas econômicas, políticas e militares que podiam deter a agressão britânica foi tomada. Durante os 74 dias de guerra, o capital financeiro internacional governou a economia do país através do ministro Roberto Alemann. E foi ele quem dirigiu de fato a diplomacia e mesmo as ações militares. Galtieri e Thatcher tem um inimigo comum. E os chefes militares que sonharam maquiular seus rostos de assassinos com a máscara de libertadores, preferiram se ajoelhar ante a coroa antes de mobilizar as massas, bater ao inimigo no centro de seu poder e correr o risco de que os trabalhadores tomassem as armas e conseguissem o triunfo.

Rendição: Traição!

A capitulação eletrizou o país. Alguns políticos romperam a trégua e exigiram a renúncia da Junta Militar. Mas a Junta se propôs a manter o poder.

Galtieri convocou uma concentração em frente à casa de governo para falar ao país. Mas ascem mil pessoas que se congregaram na Praça de Maio foram para insultar os militares e gritar: “Rendição, Traição”. “Vai se acabar, a ditadura militar”. A polícia investiu contra os manifestantes e Galtieri teve que desistir de falar na sacada da Casa Rosada. Três horas mais tarde, às 21.30, Galtieri lançou seu programa: a Inglaterra atou apoiada pelos Estados Unidos que “inesperadamente se mostraram inimigos da Argentina e seu povo”; se a Grã-Bretanha pretende voltar a por nas Malvinas um governo colonialista, a guerra continuará.

Thatcher, por sua parte, impôs uma rendição humilhante: as tropas argentinas se retiraram desarmadas e se exigirá uma indenização pelos danos da guerra. E já anunciou ao parlamento britânico que o ex-governador das ilhas reassumirá seu cargo. Anunciou, ademais, que requererá ajuda de outros países para defender o arquipélago.

Os mandos militares, a julgar pelo discurso de Galtieri, tem a certeza que os EUA estão decididos a instalar uma base militar nas Malvinas. Perante o perigo de descontrolo da situação interna, o discurso do ditador indica a intenção de adotar uma postura anti-imperialista. Galtieri anunciou que “se corrigirá tudo o que seja necessário” e “se recuperará o tempo perdido”. E garantiu que se marchará sem demora para a democracia. Ao mesmo tempo, seu discurso esteve cheio de ameaças para “quem pretenda aproveitar a situação”.

A camarilha militar, apesar de suas profundas divisões, sabe que qualquer passo atrás provocará um desbordamento incontrolável. E continua a fugir para adiante.

A crise não admite manobras

Quando do fechamento da edição (22:00 do dia 15), a “oposição” reunida na multipartidária não havia se pronunciado. Está medindo a reação da população para decidir se exige a renúncia da Junta ou toma a mão que estende Galtieri e lhe permite encabeçar uma “transição em ordem” para um governo civil.

Mas depois de dois meses de guerra, o quadro econômico que era dramático em fins de março chegou ao paroxismo. Os partidos burgueses voltaram a se mostrar impotentes e inúteis e as Forças Armadas, depois de fracassar em seu plano político e afundar o país na bancarrota econômica, têm se mostrado inúteis também para a guerra. O exército, em particular, revelou a sua covardia confirmando que os sequestradores e torturadores não servem para encabeçar uma guerra em defesa da nação. O movimento operário, enquanto isso, ganhou terreno nestes dois meses. Não aceitará nem a ridícula demagogia que ensaia Galtieri, nem os custos econômicos da guerra. E tende a se converter no porta-voz de todos os que querem cobrar das Forças Armadas o crime de hoje somado aos dos seis anos anteriores. As mães dos dois mil soldados mortos se somarão às dos trinta mil desaparecidos. E começará o segundo ato, acabando com todos os vestígios da farsa. (M.Z.)

O encontro de Versalhes A insanidade da guerra e a luta pela paz

300 mil em Roma, 250 mil em Londres, 560 mil em Berlim, 300 mil em Bonn, 800 mil em Nova York: as mobilizações de massa foram a resposta mais contundente aos acordos das sete grandes potências.

Por Marcelo Zugadi

Os representantes dos sete mais poderosos países do mundo capitalista (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Canadá e Itália) encontraram-se em Paris na oitava reunião anual para discutir os problemas da economia mundial.

O brilho do show no Palácio de Versalhes — que já conheceu o luxo e o desperdício de outro regime na irreversível decadência — não pode ocultar que os governadores do imperialismo se reuniram sobre um mundo capitalista abalado pela pior recessão desde 1929. Os trinta e um milhões de desempregados nos EUA, Europa Ocidental e Japão, fizeram tremer a mesa de negociações e na sala retumbaram os disparos de três guerras que na América Central, no Atlântico Sul e no Médio Oriente, expõem no campo de batalha a insanidade capitalista.

Do ponto de vista econômico, os participantes tinham objetivos limitados: a Europa exigia de Ronald Reagan uma baixa nas taxas de juros; ele, por sua vez, pretendia que na Europa se pusesse freio à inflação e que se cortasse os créditos fáceis para as exportações à Europa Oriental; todos pediam que o Japão abrisse seu mercado interno como contrapartida à invasão de seus produtos no mundo.

Mas apesar de limitados, esses objetivos não puderam ser atingidos.

Os altos níveis no custo do dinheiro nos EUA repercutem na Europa, fechando as perspectivas para superar a atual recessão. Os governos europeus, alarmados com o incontrolável crescimento do desemprego e o impacto político que isso significa, exigem que Reagan abandone a sua política monetarista. Mas os EUA não podem ceder nesse ponto. A subida das taxas de juros deriva do excepcional déficit orçamentário norte-americano (100 bilhões de dólares em 1982) o que, por sua vez, é provocado pela combinação da recessão com a política econômica de Reagan, consistente em tratar de aumentar a taxa de lucro pela via dos cortes orçamentários nos gastos sociais, da baixa de salários e, ao mesmo tempo, por razões políticas, a diminuição dos impostos ao médio e grande capital. Em síntese, Reagan apenas prometeu que sua política levará, “no futuro”, à queda da taxa de juros.

De sua parte, europeus descartaram a possibilidade de diminuir suas exportações à União Soviética e aos países do Comecon. E o Japão admitiu uma redução de 2 a 3% nas barreiras alfandegárias, o que não resolve o problema dos ianques e europeus, ansiosos por colocar seus produtos no mercado nipon.

Em suma, a reunião de Versalhes demonstrou a impossibilidade de um acordo entre as grandes potências para enfrentar a crise. Pelo contrário, a recessão alimenta a concorrência inter-imperialista e, como o admite a imprensa, o grande sucesso da cúpula de Versalhes consistiu em que o racia entre os participantes fosse adiada para a próxima reunião.

“Mon cher Ron...”

Mas se no terreno econômico, os sete chefes do imperialismo não resolveram suas diferenças, no plano político eles conseguiram maiores acordos. Esses acordos não excluem contradições, que eventualmente poderão aumentar e quebrar a frente imperialista. Mas, pelo momento, houve acordo no fundamental para

seguir avançando nos campos de batalha dos três pontos nevralgicos da crise política internacional: a agressão à Argentina nas Malvinas, a guerra contra-revolucionária na América Central e o intento de exterminar o povo palestino.

O “socialista” Mitterrand (que segundo a imprensa dirige-se a Ronald Reagan chamando-o de “mon cher Ron”) não se diferenciou dos ultra-conservadores na hora de garantir o apoio à agressão colonialista anglo-norte-americana. Também não houve travas para a escalada intervencionista de Reagan em El Salvador. E o comunicado dos sete pedindo o cessar fogo na guerra que Israel desfechou contra o Líbano justo no momento em que a cúpula se reunia, é mais um dos incontáveis documentos da hipocrisia capitalista: Israel é a ponta de lança do imperialismo no Médio Oriente e seu ataque ao Líbano é feito cumprindo ordens dos Estados Unidos, que tratam de contrarrestar assim a sua derrota em outra guerra, a do Iraque contra a revolução iraniana. O triunfo iraniano põs à ordem do dia a extensão da revolução anti-imperialista nos países muçulmanos da área, com a consequente perda do controle imperialista no golfo pérsico, ponto chave do abastecimento petrolífero dos países desenvolvidos.

O resultado imediato da furiosa ofensiva israelense, longe de “garantir a paz” como diz Beguin, leva ao extremo as tensões na região mais explosiva do planeta, como o demonstram o apoio das massas muçulmanas à OLP e o envio de navios de guerra e submarinos atômicos russos à costa mediterrânea do Líbano.

As massas pela paz

Acuados desde distintos ângulos, os chefes do imperialismo reafirmaram o curso belicista. Mas a viagem de Reagan à Europa serviu para demonstrar que a onda de mobilizações anti-guerra de fins do ano passado, longe de se acalmar, estendeu-se e ampliou-se: 300 mil em Roma, 250 mil em Londres, 500 mil em Berlim, 300 mil em Bonn... Europa se pôs em pé contra o símbolo da corrida armamentista e a ameaça nuclear, Ronald Reagan, que viu seu giro convertido num rastro de pólvora anti-imperialista das massas que resistem frente a um holocausto atômico.

O fracasso de Reagan, que assistiu também à reunião de cúpula da OTAN, onde se devia decidir a instalação de novas armas nucleares no velho continente, foi no entanto menor que a que sua política sofreu nos próprios Estados Unidos: 800 mil pessoas, a maior manifestação da história norte-americana, marcharam contra a ameaça da guerra!

Essa magnífica demonstração da debilidade interna do gendarme imperialista — da qual os jornais preferem não falar! — junto com o sentimento anti-imperialista que cresce na América Latina e explode no Oriente Médio, demonstra as dificuldades do capital mundial para articular sua defesa perante a ofensiva das massas. Eles estão dispostos à guerra, aproximando-se da utilização das armas nucleares, para tentar conter o retrocesso mundial dos exploradores. Mas já não são nos países subdesenvolvidos, como também no coração do capital, as massas se movimentam para amarrar a mão imperialista que ameaça à humanidade.

O massacre levado a cabo por Beguin e Sharon já é responsável pela morte de mais de dez mil pessoas. Os Estados Unidos não vacilam em arriscar uma guerra mundial no esforço por deter a vaga anti-imperialista no Médio Oriente.

No dia 6 último, o Exército de Israel invadiu o Líbano. Inicialmente, a operação, chamada cinicamente de “paz para a Galiléia”, foi apresentada como tendo o objetivo de tirar os guerrilheiros palestinos de perto da fronteira norte de Israel, “para que as cidades e aldeias da fronteira não estejam mais expostas à morte repentina” (conforme o discurso de Beguin no Parlamento). Foi alegada a necessidade de responder ao atentado contra o embaixador de Israel em Londres, que teria sido levado a cabo pela OLP.

Todas estas alegações logo se revelaram falsas. A invasão do Líbano não foi uma simples “operação de limpeza”, mas uma das maiores operações de guerra já executadas pelas forças armadas israelenses: cerca de 60 mil homens, incluindo infantaria, artilharia pesada, blindados, tropas aerotransportadas, forças aéreas (os mortíferos aviões F-15 e F-16) e navais. Ao fim de uma semana, o Exército sionista já cercou Beirute, a capital libanesa, destruiu Sidon e Tiro (as maiores cidades do sul do país). Enfrentou as forças sírias. Já há pelo menos dez mil mortos e 600 mil refugiados. Israel utilizou até mesmo bombas “antipessoal”, que soltam estilhaços

O Oriente Médio A grande barbárie do sionismo



“O grande Israel” ponta de lança dos EUA

Ou seja: após a anexação formal do território sírio do Golan (em dezembro último), a intenção é de acelerar o processo de anexação da Cisjordânia e de Gaza. E de avançar para a realização do “Grande Israel”. Isto supõe não só desfechar um golpe mortal na resistência palestina, mas ampliar o domínio de Israel na região — inclusive conseguindo o controle do Líbano, com a colaboração da minoria maronita.

Tudo isto, Israel leva à frente com o apoio expresso dos EUA, que já passaram inclusive a apoiar a posição de Israel de só retirar as suas tropas com a retirada das forças sírias e palestinas (a posição inicial de Reagan, pró-forma evidentemente, tinha sido de exigir a retirada das tropas de Israel e o respeito às resoluções da ONU).

Os outros governos imperialistas reunidos em Versalhes apenas “deploraram as iniciativas do governo de Menachen Beguin”, e nada fizeram de efetivo contra o massacre. Tampouco as burguesias árabes foram além de declarações de protesto. Afinal, os regimes da Jordânia, da Síria e do Iraque já tentaram também aniquilar a resistência palestina, no passado. Temem o fator de radicalização das massas árabes que a luta palestina representa.

Os palestinos (e libaneses) que estão sendo massacrados só podem contar com o apoio das forças democráticas e anti-imperialistas, em particular com as massas árabes exploradas. De fundamental importância são também as forças que em Israel se opõem ao sionismo ou lutam contra a guerra (como o movimento “Paz agora”, ver ET nº 149) ou os setores da juventude e das massas trabalhadoras israelis que prestaram apoio à greve geral palestina nos territórios ocupados pelo exército israelense. (João Machado)

América Central As últimas derrotas do imperialismo

Deslocada da cobertura da imprensa, a guerra na América Central continua. As últimas informações dão conta do vigoramento do terror e dos avanços da guerrilha, em El Salvador.

Embora sem manchetes, a guerra na América Central continua. Em El Salvador o governo Reagan ficou sem as duas armas nas quais apoiava sua estratégia para evitar que o povo norte-americano se levantasse contra a intervenção ianque num novo Viet Nam. Uma delas era a figura do ex-presidente Duarte, democrata-cristão e supostamente reformista. Duarte perdeu as eleições de 28 de março passado e o “assassino psicopata” (segundo a qualificação do ex-embaixador norte-americano em El Salvador) Roberto D’Aubuisson, ganhou a presidência da Assembleia Constituinte eleita. Washington esforçou-se por evitar que D’Aubuisson fosse eleito presidente do país, e articulou Alvaro Magana, um banqueiro, sem base política alguma, para o posto.

A outra arma de Reagan eram os militares argentinos. Como se sabe, os ditadores estão agora em guerra contra a frota anglo-americana e, uma das consequências dessa guerra foi a retirada dos “assessores” argentinos de El Salvador e Honduras, onde dirigiam o exército mercenário financiado pela CIA.

A falência da estratégia de intervenção só podia levar a uma crescente participação ianque na guerra e isso é o que está em curso. O jornal Miami Herald revelou que oito militares ianques de alta graduação estiveram durante dois meses em El Salvador colaborando com o comando salvadoreño. Além disso, foi informado que o governo Reagan dispôs-se a enviar novos helicópteros e aviões de variados tipos, fortalecendo significativamente as forças contrarrevolucionárias.

Ao mesmo tempo, e apesar dos esforços de Washington para evitar massacres na população civil, que alimentam a opinião anti-guerra nos EUA, os horrosos crimes a que nos têm acostumados os militares salvadoreños continuaram. Segundo o bispo Riviera y Damas, que não oculta sua oposição à revolução, pelo menos 353 civis foram assassinados só em abril, enquanto outros 82 eram sequestrados. Riviera y Damas acentuou que nenhuma das vítimas tinha participado em enfrentamentos armados com o governo. Ele anunciou também que mais de cem crianças morreram de fome depois de terem sido obrigadas a fugirem por causa de uma operação do exército. A prática selvagem de decapitar as vítimas também não cessou. A Rádio Venceremos, da FMLN, denunciou que entre os dias 2 e 6 de maio 52 camponeses foram torturados e assassinados e seus corpos queimados. E a lista do horror poderia continuar, com certeza, se a imprensa não houvesse aproveitado a guerra das Malvinas para calar qualquer informação sobre El Salvador, deixando o caminho livre para a intervenção norte-americana.

Os revolucionários continuam avançando

Os massacres contra a população civil refletem justamente a total incapacidade do governo para conter o avanço da FMLN. As esperanças depositadas nos 957 militares cuidadosamente treinados nos EUA durante três meses ruíram em poucos dias. A partir de

25 de abril, um batalhão de 4.000 soldados, entre os quais os especialistas educados nos EUA para “defender a democracia”, lançaram a “operação tortola” contra posições da FMLN no leste da província de Morazan. Quando a missão acabou, um dos comandantes admitiu à imprensa que tinha tido “grandes perdas”. A FMLN informou que suas forças provocaram 166 baixas no inimigo e recuperaram grandes quantidades de armas e munição.

No dia 5 de maio, o governo lançou outra operação, desta vez contra a província de Usulután. A FMLN informou que a tropa inimiga sofreu também aqui grandes perdas. Segundo o boletim “El Salvador Processo”, publicado pelo Centro de Informacion de la Universidad Centroamericana, em El Salvador, “jornais locais informaram que foram confirmadas a morte de 230 membros das forças militares e para-militares em abril”. Trata-se das maiores perdas reconhecidas pela imprensa num só mês.

O governo dos EUA não vai renunciar à intervenção para conter este avanço. E o mesmo vale em relação à Nicaragua, contra a qual aumentaram as últimas semanas as pressões diretas de navios norte-americanos que atuam no golfo de Fonseca. O exército sandinista derrubou um helicóptero ianque que voava sobre território nicaraguense na semana passada. E cada dia há novos “incidentes” na escalada bélica. Embora a imprensa tenha esquecido este centro fundamental da revolução latino-americana. (M.Z.)

IV Encontro Nacional da ANAMPOS

O sindicalismo combativo unifica propostas

Com a realização do IV Encontro Nacional da ANAMPOS, deslocou-se por alguns dias o eixo do movimento sindical combativo de São Bernardo para Goiânia. Ao final, um conjunto de resoluções que marcam importantes progressos para a unificação da intervenção do sindicalismo autêntico na próxima CONCLAT.

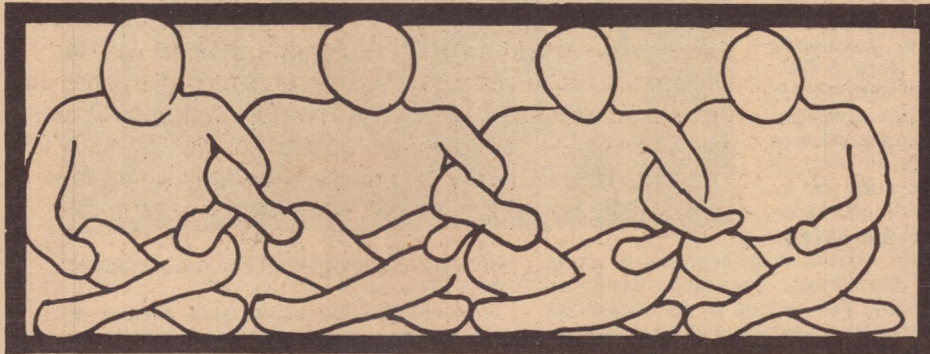
Por Américo Bernardes

Realizou-se em Goiânia, nos dias 11, 12 e 13 de junho o IV Encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos). O encontro contou com a participação de cerca de 130 delegados de 18 estados do país e foi um marco importante para a unificação da intervenção do sindicalismo autêntico na próxima CONCLAT.

A luta pela realização da CONCLAT

O debate em torno do adiamento ou manutenção da data da realização da próxima CONCLAT foi, sem dúvida, um dos pontos que mais movimentaram o plenário. Em Goiás mesmo, no dia 10 de junho, já havia sido realizado um encontro de 40 sindicalistas rurais no qual este tema havia polarizado as opiniões.

A proposta definida pela Anampos — e que pautará a participação de seus membros da reunião da pró-CUT que se realizará no dia 5 de julho, é que a II CONCLAT deve ser realizada na data prevista. A defesa desta posição se baseia no argumento de que a marcação da data foi decidida em um plenário de mais de cinco mil trabalhadores e que a pró-CUT não teria representatividade para alterar esta deliberação. Além disso, se argumenta que a realização da CONCLAT provavelmente fortalecerá o movimento sindical combativo e a capacidade de centralização das inter-sindicais. A defesa do adiamento por causa do climax eleitoral foi rejeitada porque criaria ilusões sobre a possibili-



dade de se resolver os problemas da classe trabalhadora no parlamento.

Coerente com o posicionamento, foi deliberada uma ampla campanha de denúncias das manobras para o adiamento da CONCLAT em todos os Enclats a serem realizados. Caso a comissão nacional pró-CUT vier a decidir pelo adiamento da CONCLAT na reunião do dia 5 de julho, deveria ser feita a defesa de que esta decisão fosse apenas indicativa tendo em vista que posteriormente se realizarão os Enclats de São Paulo, do Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

E se, afinal, a CONCLAT não vier a se realizar, a Anampos defende que sejam realizados Enclats em agosto para eleger uma nova composição da comissão nacional pró-CUT, mantendo-se o mesmo número da representação atual de cada estado. Foi reafirmado em todo o encontro que a Anampos lutará para garantir a unidade do movimento sindical, respeitando as suas instâncias para encaminhar as suas propostas.

A construção da CUT

Uma outra posição importante aprovada pela Anampos foi a de que não se crie a CUT neste congresso. O argumento maior em defesa dessa posição reside na constatação de que não foram encaminhadas lutas unitárias que pudessem garantir minimamente uma CUT independente e democrática.

Apesar de propor que a CUT não seja criada neste congresso, a Anampos irá preparar para o caso de ser aprovada a sua criação. Neste sentido, estão sendo elaboradas propostas de estatuto, carta de princípios e inclusive nomes para compor uma possível direção a ser escolhida no Congresso. Não foi decidida a forma de eleição da diretoria, sendo esta decisão encaminhada para momento posterior.

Os passos para a criação da CUT

Um dos avanços maiores do congresso da Anampos foi unificar uma pro-

posta de encaminhamento para a criação de uma CUT pela base.

O primeiro passo seria a eleição de uma nova pró-CUT no Congresso, realmente capaz de animar e coordenar o movimento a nível nacional. O segundo passo viria com a realização de Enclats regionais onde seriam eleitas as pró-CUT estaduais. Onde houver uma comissão inter-sindical que tenha sido eleita pelos trabalhadores, deve-se lutar para que esta comissão tenha o nome de comissão pró-CUT estadual.

A partir da CONCLAT, a comissão nacional pró-CUT deveria convocar assembleias por categoria para a discussão de um plano de lutas nacional e para a definição dos estatutos e da carta de princípios da CUT a ser criada. Além disto, a Anampos lutará pela constituição de direções da pró-CUT a nível municipal ou micro-regional, onde houver mobilização de trabalhadores que respalde a sua criação. Também foi definida a proposta de criação de **plenárias permanentes** — organismos de unificação, onde estariam presentes representantes de várias categorias, delegacias sindicais, comissões de fábrica e do campo, comandos de greve — pelas Enclats. Tudo isto, daria a base para ver criada a CUT em uma próxima CONCLAT.

Ao final, uma questão não resolvida e que se vincula à participação do movimento popular na estrutura da CUT. Como a questão é nova e não suficientemente discutida, foi encaminhada para discussão nos vários estados para uma posterior deliberação.

ENCLAT do ABC

Decisões frágeis

Contando com uma fraca participação e a concorrência da abertura da Copa do Mundo, no mesmo horário, o encontro teve fraca participação da base e decisões polêmicas.

Com uma participação inicial de 300 pessoas — avaliada como fraca, já que era aberto a todos os trabalhadores da região — o ENCLAT do ABC desenrolou-se com debates em grupos, interrompidos às 16h para que todos pudessem assistir a abertura da Copa e o jogo Argentina e Bélgica, e retomado à noite para a plenária final.

Na abertura, um discurso de Raimundo, do Sindicato dos Padeiros e membro da Pró-CUT, dando o tom do papo dos reformistas sobre a CUT e a CONCLAT.

Não posicionando-se claramente sobre a realização ou não da CONCLAT, apontou as dificuldades econômicas, argumentando que nenhum sindicato, até agora, contribuiu financeiramente para a sua realização. Mas não se referiu ao fato da Secretaria de Organização e Infra-estrutura nada ter feito junto aos demais sindicatos do país com orientações precisas sobre a realização da Conferência.

Por fim questionou a fundação da Central Única hoje, pois esta seria uma Central de dirigentes sindicais e não de trabalhadores, apontando que a luta principal no momento é contra a estrutura sindical.

Um discurso de palavras bonitas, que não deixa de soar como ironia, já que pronunciadas por quem sempre está pronto para os conchavos, para o apoio aos pelegos, uma prática que só reforça a estrutura sindical atrelada ao estado.

Um Encontro de direções

O debate central tanto nos grupos como na plenária girou em torno do adiamento ou não da CONCLAT e da fundação ou não da CUT nessa Conferência, onde se defrontaram as diferentes avaliações sobre a situação atual do movimento sindical brasileiro.

Foi aprovada a necessidade da realização da CONCLAT na data prevista e constituída uma comissão de sindicalistas da região com o objetivo de melhor preparar os trabalhos no ABC e no estado.

Na votação sobre a CUT, a decisão mais polêmica do Encontro, houve uma divisão no plenário: com

o peso dos sindicalistas de Santo André, foi aprovada por 73 votos a favor contra 63, a proposta de fundação da CUT nesta CONCLAT e a eleição de sua diretoria provisória.

Essa resolução não agradou aos metalúrgicos de S. Bernardo presentes ao Encontro; pois, segundo João Paulo, diretor do Sindicato, essa decisão atrapalha quem pretende levar um trabalho sério de organização dos trabalhadores pela base. Em declaração a EM TEMPO, João Paulo salientou que S. Bernardo não é contrário à construção de uma CUT, "mas justamente por reconhecer sua importância para a classe trabalhadora não pode ser criada sem sua participação efetiva."

Quanto à decisão tomada no Encontro, João Paulo considera como "representativa apenas das direções, já que os trabalhadores que estão na fábrica, que vivem com o salário suado na máquina, não estão sabendo do que se passa.

Nem em S. Bernardo, que todos sabem que é um Sindicato de luta, não tivemos condições de preparar o ENCLAT. Recebemos sua convocação há apenas duas semanas, e assim não dá pro peão participar".

(J.A.)

ENCLAT RGS

Dando peso às bases

Dos preparativos que estão sendo articulados para a realização do II ENCLAT gaúcho se depreendem boas expectativas em relação a seus prováveis resultados.

Em primeiro lugar, pelo peso que se atribui à participação dos delegados da base, e, citos em assembleia geral, mediante escrutínio. Eles serão, em média, em número duas vezes superior aos delegados natos por pertencerem às diretorias sindicais.

Em segundo lugar, porque dá à comissão organizadora do ENCLAT o direito de, "naquelas localidades onde não houver sindicato organizado ou onde a diretoria do sindicato não encaminhar o encontro", supervisionar a escolha de delegados desde que solicitada por 5% dos trabalhadores da categoria do local, onde não houver sindicato, e 5% dos associados onde houver sindicato". O que certamente funcionará como uma pressão para a abertura dos sindicatos controlados por direções pelegas.

Em terceiro, porque faculta às

federações — tradicionalmente pelegas — uma participação de quatro delegados, o que é menor do que o número de delegados de base previsto para uma categoria de até dois mil trabalhadores.

O encontro terá como temas principais a avaliação do movimento sindical desde o CONCLAT até hoje, a organização dos trabalhadores a nível estadual e nacional e um plano de lutas a ser encaminhado para a CONCLAT. Paulo Paim, presidente do sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, é o coordenador da comissão organizadora do ENCLAT que tem entre seus membros diretores do sindicato dos bancários, do Centro Professores do Estado do Rio Grande do Sul, e do Sindicato dos trabalhadores da indústria metalúrgica de Porto Alegre. Estão previstos nove encontros preparatórios no Estado.

Um ponto importante: as federações até o momento têm se recusado a encaminhar a preparação do ENCLAT. (da sucursal)

Vale do Jequitinhonha - MG

Patrões querem assassinar líder do PT

O vale do Jequitinhonha, no norte de Minas, com seus 750 mil habitantes é considerado uma das regiões mais pobres do Brasil e do mundo, segundo a própria ONU.

A economia da região até 70, era dominada principalmente pela pecuária e pela mineração. A agricultura — de subsistência — desempenhava pequeno papel, restringindo-se a produção de alimentos para as feiras das cidades da região. Este quadro da atividade econômica dá então uma dimensão da miséria e do atraso do Vale. A maioria das terras, concentradas nas mãos dos latifundiários, dedicadas à criação do gado. As mineradoras, nas margens do Jequitinhonha e outros rios, trazendo a destruição ecológica com suas dragas imensas. A agricultura de subsistência, nas mãos dos pequenos proprietários, posseiros, meeiros e arrendatários. E, finalmente, grandes extensões de terra, inexploradas, os Chapadões, sem nenhum tipo de atividade produtiva.

De 70 para cá as coisas começam a se modificar. O Vale é infestado de "testas de ferro", de grandes empresas nacionais e multinacionais, como a Cavalinhos S.A., a Suzana; e até estatais, como a Acesita. Estas empresas começam no Vale do Jequitinhonha a plantação do Eucalipto, a formação dos chamados "desertos verdes", para a produção da celulose. Com a preparação da terra para o plantio do eucalipto, a flora é destruída, transformada em carvão para as siderúrgicas mineiras. Acaba-se também a agricultura de subsistência, e junto com o homem, expulso das fazendas, agora de eucalipto, a cada cinco minutos, um caminhão de carvão vai cortando as estradas empoeiradas.

Situação de conflito

As terras da região são vendidas a preço de banana, chegando o hectare de chapada a ser vendido em 75 ao preço de 200 cruzeiros. Mas nesta operação, grandes obstáculos se antepuseram às grandes empresas: os posseiros e pequenos proprietários do Vale.

Uma região atrasada, onde a presença dos órgãos do estado era muito frágil, seja no âmbito da assistência médica, da educação, de estradas, sem eletricidade; tinha, na questão das terras, na sua demarcação, uma completa ausência da Ruralminas, com grandes latifúndios improdutivos cujos títulos datavam até do século passado. Por outro lado, a existência de posseiros trabalhando a terra, com suas famílias a 15, 20 até 60 anos, em Berilo, Itinga, Capelinha, Turmalina, etc., compuseram imediatamente uma situação de conflito com as grandes empresas reflorestadoras.

Turmalina: palco do primeiro conflito.

Os posseiros de Turmalina, trabalhadores a quinze anos nas Fazendas Mato Grande e São Miguel, às margens do Araçuaí, viveram um dos primeiros conflitos no Vale.

Estas fazendas de mil hectares, foram compradas por dois grileiros para serem revendidas para as empresas reflorestado-

A pequena cidade de Turmalina, encravada em uma das regiões mais pobres do Brasil — o Vale do Jequitinhonha, em Minas — assiste a um agravamento sem par dos conflitos entre posseiros e empresas multinacionais reflorestadoras. Defendendo o sindicato da intervenção patronal, garantindo a eleição de uma chapa combativa para a sua direção, os trabalhadores vêm a ira patronal se acumular sobre as suas cabeças: na região, se fortalecem as ameaças de que a cabeça de Vicente Nica, posseiro, membro da executiva estadual do PT e candidato a deputado federal irá rolar pelas águas do rio Araçuaí.



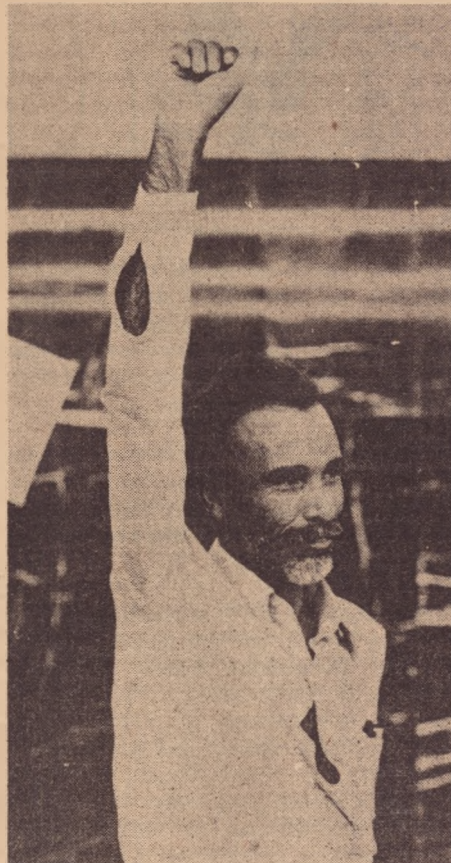
A assembléia dos trabalhadores de Turmalina garantiu a posse do sindicato

ras. Entretanto, as 50 famílias (quase 500 pessoas) moradoras nas fazendas, ao serem ameaçadas de despejo e expulsão, não se intimidaram. Em 78, 79, época em que o conflito se agravou, os posseiros de Mato Grande resistiram a toda sorte de ameaças, conseguindo, apesar das intimidações, provar na Justiça que tinham direito à posse daquelas terras. Naqueles momentos de acirramento da luta, os trabalhadores rurais de Turmalina chegaram a realizar uma grande manifestação. Com suas ferramentas de trabalho, enxadas e foices, demonstraram sua unidade e disposição de luta em defesa de suas terras. A luta teve grande repercussão na imprensa gerando um amplo movimento de solidariedade aos posseiros em toda Minas Gerais.

Ao lado da vitória de permanecerem em suas terras, de ganharem a causa até na justiça (sempre ao lado das reflorestadoras) dada a evidência do direito de posse, foi formado também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina. Ponta de lança, inclusive, na construção de um sindicalismo rural combativo no Vale do Jequitinhonha, daí em diante.

A luta pela posse quatro anos depois.

Em Água Boa, região próxima a Turmalina, foram assassinados por jagunços no mês de maio 4 posseiros.



Vicente Nica, o posseiro ameaçado

Em Turmalina, também no final de maio, o Sindicato dos Trabalhadores foi ameaçado. A chapa única teve a sua eleição embargada pelos representantes do PDS local e da Prefeitura. Num golpe noturno, sem ninguém saber, estes representantes formaram uma Junta Interventora, correram em Belo Horizonte, inscrevendo-a no D.R.T.

Os trabalhadores rurais, liderados por Noraldino, presidente da diretoria eleita, apoiados pelos Sindicatos de Araçuaí, Chapada do Norte, e outros, não aceitaram a intervenção do PDS e da Prefeitura, representantes dos latifundiários e das empresas. Imediatamente, num grande trabalho de base em todas as comunidades, foi formado um consenso absoluto de que quem decidia sobre os destinos do Sindicato eram os próprios trabalhadores, e não os donos de terra. Convocada uma manifestação em defesa do Sindicato, compareceram mais de mil trabalhadores rurais. Assim, apesar de ainda tentar fechar o Sindicato prendendo o seu presidente, a Junta indicada acabou tendo que renunciar pressionada pela grande mobilização popular. Em seu lugar, uma nova Junta escolhida pelos próprios trabalhadores rurais foi indicada até a realização de novas eleições.

Querem a cabeça de Vicente Nica

O golpe contra o Sindicato é um alerta. Pressionados pela organização cada vez maior dos trabalhadores da região em defesa dos seus direitos na luta pela posse da terra e pela reforma agrária, a oligarquia da região tenta desesperadamente retomar o controle da situação. No mesmo período em que ocorriam as agressões ao Sindicato, os boatos que circulavam pelas ruas de Turmalina eram de que os Jagunços responsáveis pelo assassinato dos posseiros em Água Boa já começavam a circular, pois seus mandantes estariam interessados em comprar a Fazenda Mato Grande. Segundo os boatos, a cabeça de Vicente Nica e dos posseiros iriam rolar pelas águas do rio Araçuaí.

Como diz o ditado popular, "onde há fumaça tem fogo". Vicente Nica, líder do movimento dos trabalhadores rurais do Vale, é hoje uma ameaça aos grandes latifundiários, às empresas reflorestadoras. Candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, partido consolidado com grande expressão entre o povo pobre e oprimido da região, na maioria das cidades do Vale, os séculos de opressão e exploração começam a ser abalados.

Neste momento é decisiva a solidariedade nacional, a denúncia, do PT e de todos aqueles comprometidos com a luta dos trabalhadores rurais, do que ocorre, das ameaças a Vicente Nica e seus companheiros. A luta pela posse da terra a quem nela trabalha, a reforma agrária radical, bandeiras consagradas pelo movimento operário popular estão gravadas no coração do Vale. É hora de somar forças para defendê-las.

(Américo Antunes — membro do Diretório Estadual do PT.)

Pacote da Previdência

Manobra do PDS garante aprovação

“É uma safadeza o governo querer sacrificar ainda mais os trabalhadores”, segundo Urias da Cruz — presidente do Conselho das Associações de Aposentados de São Paulo, em seu discurso contra o Pacote da Previdência, dia 2 de junho na rampa do Congresso Nacional em Brasília. Concluiu pedindo “um pouco de dignidade, principalmente aos políticos do PDS”, exortando-os a rejeitem o decreto-lei.

Foi mais uma jornada dos trabalhadores para tentar derrotar o absurdo Decreto-Lei nº 1910 (do Pacote da Previdência, que aumenta a contribuição de 8 a 10% do salário), dentro da “legalidade” oficial, dos limites impostos pelo governo.

Antes desse ato, que visava pressionar os parlamentares a votarem contra o decreto-lei muitos outros já foram feitos e várias caravanas foram e retornaram de Brasília com o desencanto e a frustração na mala de viagem.

Cerca de duas mil pessoas, entre trabalhadores e aposentados se deslocaram até Brasília, vindos de várias partes do país,

Através de uma manobra regimental, o PDS praticamente garantiu a aprovação do “pacote da previdência” que amplia de 8 para 10% a contribuição e obriga também os aposentados a contribuírem.

Cerca de quatro mil aposentados de todo o país lotaram as galerias garantindo que a denúncia dos deputados do PDS será levada ao povo antes das próximas eleições.

para mais esse ato de protesto. O planalto, provavelmente nunca tinha visto tanto trabalhador junto e enfurecido. Pelo roubo da Previdência, que pretende tomar-lhes ainda mais dos já minguados salários ou aposentadorias e furiosos pelo descabimento da administração Jair Soares noticiada todos os dias na imprensa.

Pressão inócua

Estiveram presentes 373 entidades sindicais, das quais mais da metade eram sindicatos de trabalhadores rurais, tradicionalmente os mais espoliados do país. Também marcaram presença 30 federações e 4 confederações. Entre elas, a CNTI (Confederação Na-

cional dos Trabalhadores na Indústria), representada pelo arqui-super pelego Ari Campista, em pessoa, que não deixou por menos: pegou o microfone e “malhou” o “tijolo” da Previdência.

Lula, Jacó Bittar e Olívio Dutra, este representando a Comissão Nacional pró-CUT, também deram o seu recado contra o Pacote, desmascarando as causas do rombo da Previdência Social.

No entanto, apesar de todo o esforço feito até agora, a reivindicação dos trabalhadores não tem encontrado eco, sobretudo entre os políticos do partido do governo. Tanto é assim, que a última reunião da Comissão Mista encarrega-

da de apreciar o pacote, reuniu-se sem a presença dos pedessistas. Mesmo o relator do processo, do PDS, não deu as caras.

Para a votação do decreto, marcada para o dia 15, novas mobilizações dos trabalhadores, novas caravanas até Brasília, principalmente de aposentados. E a Comissão Pró-CUT adverte: “todos os deputados e senadores que não compareceram ou que votaram a favor do decreto-lei estão marcados.

Milhares de folhetos com os seus nomes serão distribuídos pelo país afora, para que todos saibam quem são os inimigos do povo e não os reelejam em 15 de novembro”.

Mais uma vez, uma atitude inócua de todos os empenhados na luta contra o Pacote da Previdência. Atitude que não abandona o marco do permitido, do legal, que fica em torno das pressões sobre um parlamento já estritamente controlado. Pode servir de desencargo de consciência, mas não ganha nenhuma luta. (Elvira Oliveira)

III Congresso da Previdência Social

Um Passo Adiante

Depois de quase 10 anos de intervalo, realizou-se este mês, em São José dos Campos/SP, mais um Congresso de Trabalhadores para discutir a Previdência Social, sua difícil situação e as soluções antevistas pelos principais interessados.

Para discutir o problema da Previdência Social como um todo, realizou-se em São Paulo no início do mês de junho o III Congresso de Previdência Social, promovido por mais de sessenta entidades sindicais, entre sindicatos, associações e federações de trabalhadores.

Dez anos separam esse Congresso do segundo, realizado em 1972 em São José dos Campos e, embora os tempos fossem outros e a assistência social ainda não estivesse totalmente neste buraco sem fundo, as reivindicações discutidas e aprovadas pelos trabalhadores naquele momento não eram muito diferentes das atuais. Naquela época os trabalhadores já reivindicavam a participação de representantes do trabalhador em todos os órgãos da gestão e administração da Previdência Social.

Segundo os trabalhadores reunidos nesse Encontro, o governo e os patrões gostam de transferir responsabilidades e jogar tudo nas costas dos trabalhadores. “Quando anunciam que a inflação deve ser atacada através de medidas que restrinjam o reajuste salarial, estão colocando sobre os ombros dos trabalhadores a responsabilidade pelo combate à inflação. Quando pretendem extinguir a aposentadoria por tempo de serviço, nada mais estão fazendo do que transferir, de novo, a solução dos problemas financeiros do órgão previdenciário.”

Responsabilidades transferidas

São os “inocentes pagando pelos pecadores”, ou a corda sempre rebentando do lado mais fraco, pois os trabalhadores não podem ser responsabilizados pelas sucessivas administrações inéptas e corruptas que vêm cuidando da Assistência Social no Brasil (vide o escândalo do ex-



ministro Jair Soares). Os trabalhadores são sim, as primeiras e mais atingidas vítimas de todo esse sistema viciado. Pagam a vida toda por um serviço, que quando usam, muitas vezes não dá nem pra morrer com dignidade.

Enquanto a classe trabalhadora não estiver ela própria na administração de tais serviços, opinando e decidindo o que é melhor para si, ela não poderá ser responsabilizada por nada.

As discussões do III Congresso da Previdência Social também apontam nessa direção: “poderíamos assumir responsabilidades se estivéssemos participando direta ou indiretamente da administração da Previdência Social, porque aí então estaríamos em condições de influir na reorientação dos programas, escolhendo aqueles mais condizentes com as nossas necessidades e fiscalizando a sua aplicação”.

Queremos a gestão da Previdência

Entre as revoluções aprovadas pelo III Congresso da Previdência, estão as propostas para o aprimoramento dos benefícios em dinheiro assegurados pela Previdência e sobre a participação dos trabalhadores em sua gestão:

Sobre os benefícios em dinheiro:

1. Os proventos das aposentadorias e pensões, sem discriminação, devem ser reajustados imediatamente, de forma a repor integralmente o poder aquisitivo que possuíam na época de sua concessão.
2. Nos reajustes a serem concedidos, de agora em diante, devem ser adotados os mesmos critérios vigentes da legislação da política salarial.
3. O maior salário mínimo do país deve ser adotado como o menor provento de aposentadorias e pensões.

No campo da Previdência Rural, também foi aprovado:

1. Alteração da legislação para conceder aos trabalhadores rurais aposentadorias por velhice aos 55 anos de idade, quando homem, aos 50 anos, quando mulher.

2. Criação da aposentadoria por tempo de serviço, com a exigência de 35 anos de serviço para o homem e 30 para a mulher.

Sobre a participação dos trabalhadores na gestão da Previdência:

1. Deve ser reconquistada a participação direta do trabalhador na gestão da Previdência Social, assegurando-lhe poder de decisão.
2. O enorme desvio de recursos da Previdência Social para utilização em outras áreas (construção da hidrelétrica de Itaipu, por ex.) deve ser denunciado, pois esse desfalque leva ao mau atendimento dos segurados.
3. As dívidas da União para com a Previdência devem ser pagas em dez anos, a partir de 1983, com correção monetária e juros de 12% ao ano.
4. Os lucros extraordinários das empresas devem ser taxados.
5. Taxação de produtos suntuários com destinação da renda para a Previdência Social.

Novo Hamburgo/RGS

Batismo de Fogo

Mais uma vez os trabalhadores dão um “chega prá lá” na política de arrocho dos patrões e do ministro Delfim Netto e conseguem mais uma vitória.

Com dois dias de greve, 3 e 4 de junho, os metalúrgicos de Novo Hamburgo — RS — encerraram sua campanha salarial com saldo positivo. O Tribunal Regional do Trabalho, fazendo uma proposta conciliatória, concedeu um índice de aumento de produtividade de 5,5% para quem ganha até 3 salários mínimos, piso salarial de Cr\$ 24.480,00 e adiantamento trimestral de 35%. Os patrões, por seu lado, haviam oferecido 5% de produtividade e adianta-

mento trimestral de 30%, com o mesmo piso.

Foi o batismo de fogo para uma nova geração de metalúrgicos no Rio Grande do Sul, pois a categoria há muito tempo não saía para um movimento desse porte. Três mil metalúrgicos, de um total de 4.500 da categoria, seguraram a greve, pararam várias empresas, chegando a organizar piquetes de quase 300 operários.

Para os trabalhadores foi uma grande vitória. Não apenas pelos índices maiores conseguidos, mas pela coragem e garra com que foram em frente, apesar da organização ainda pequena da categoria, e a ameaça de intervenção no Sindicato. (E.O.)

A teoria da Tribuna

A penúltima **Tribuna**, n.º 72, trouxe a íntegra das declarações do "veterano dirigente comunista João Amazonas" contra o PT e Lula, que por seu inusitado, haviam sido registradas até pela grande imprensa: "Lula é um alinhado ao governo. Não posso dizer que isso é definitivo mas neste momento é um alinhado ao governo. Ele é de uma estreiteza política muito grande, de um primarismo político também grande. O PT desvia votos da oposição facilitando o PDS. Este agrupamento coloca seus interesses partidários acima dos interesses do povo brasileiro e da coletividade".

Arrogância e muita presunção à parte, esta obra prima do raciocínio simplista, obtuso e safadamente oportunista, se explica pela escola onde foi formado o sr. Amazonas. E é a mesma **Tribuna** que na sua edição seguinte nos ajuda a entendê-lo. Numa matéria intitulada "O centenário de um gigante do proletariado" rende sua homenagem a George Dimitrov, dirigente da Internacional Comunista da época de Stalin e co-responsável junto a este pelos maiores crimes de traição que já se cometeram na história mundial do proletariado. Num box, está uma citação de Dimitrov a respeito dos comunistas do Brasil dos anos 35. Teria ele dito que "os brasileiros são uns miseráveis de uns praticistas... não há quem coloque teoria nas suas cabeças".

No caso, trata-se do período em que a Internacional Comunista se empenhava a duras penas para enfiar na cabeça do jovem Partido Comunista do Brasil sua tese da revolução por etapas e de apoio, por decorrência, às burguesias locais, renunciando à independência política de classe.

São vários e muito interessantes os relatos contados em vários livros escritos por comunistas da época, onde se narra a estranheza, total confusão e forte rejeição por parte dos brasileiros (recém



saiídos de lutas como as do Bloco Operário e Camponês) diante das primeiras notícias das novas teorias chegadas de Moscou.

Mas o veterano sr. Amazonas, naturalmente, é da geração seguinte de comunistas, nascido politicamente quando o velho PC das primeiras lutas já havia sido enquadrado pelo "gigante Dimitrov".

O SÃO PAULO chega mais

Com a proximidade das eleições **O São Paulo**, órgão da Arquidiocese de São Paulo, cada vez mais reflete a disposição e tendência das bases da igreja paulista. Sua penúltima edição, n.º 1.336, traz inúmeras manchetes indicativas desta situação: "A esperança operária é a alternativa" vem logo na capa, como matéria central. E dentro, entre outras, "Um grito das favelas; Aos presos do Araguaia; Aos irmãos de Ronda Alta; Aos operários da Coferraz; Apoio aos grevistas em Araraquara; Pe. Cardenal explica a revolução sandinista; Cadernos de Educação Pastoral: Igreja, Fé e Política; Fé e Política: Participação em Partidos Políticos; Uma



semana pelos desaparecidos" etc. Semanalmente, um rico material vem sendo distribuído a todas as paróquias, agentes de pastoral e muitos outros militantes cristãos da região.

O jornal não toma partido desta ou daquela sigla, em termos explícitos e ofensivos. Mas claramente remete o leitor a concluir pelo PT. Senão, vejamos, tomando como exemplo a matéria "A ditadura e os partidos" publicada em sua última edição. Aí, o **São Paulo** classifica os atuais partidos da seguinte maneira: Partido do Estado (da "exploração e dominação") — PDS; Partidos Liberais — PTB e PDT; Partidos de Oposição — PMDB e PT. O desafio, segundo o jornal, se coloca frente aos liberais e oposição. Mas um primeiro crivo, acrescenta, é perguntar pelo interesse de classe de cada um deles, pela sua prática e seu funcionamento. Dando por suposto que à luz deste crivo resta apenas PMDB e PT; a matéria então registra por um lado que o PMDB conquistou hoje maior espaço e por isso tem mais força, mas que por outro o PT surge como uma bandeira

nova de luta das classes trabalhadoras. Para no final, talvez num excesso de didática, concluir com duas perguntas: 1) Se política é jogo de poder, votar no PMDB não seria mais político? 2) Mas levando em conta que as eleições de 82 não alterarão as relações de poder, em qual partido votar?

O petismo surpreendente do Trabalho

O **Trabalho**, edição após edição, continua cada vez mais surpreendente no seu saudável, porém ainda pouco convincente entusiasmo petista. Pouco convincente porque de quem (ainda de fresca memória) taxava o sindicalismo combativo de reformista, numa postura sectária e entrista no PT, esperava-se uma explicação mais de fundo e analítica sobre as razões da mudança de posição. Do contrário, sempre fica o temor dos leitores de que a um zigue, por razões quem sabe eleitorais, possa se seguir um zague, seja pelo motivo que for.

Mas, de qualquer forma, saudável petismo. Suas últimas edições sucessivamente dão as duas páginas centrais para eventos do partido sem um reparo crítico sequer, seja a quem for, de norte a sul do PT. Chegam até mesmo a fazer contundentes defesas dos comitês eleitorais unificados (sic) com fartos depoimentos de petistas apoiadores do jornal; e, no papel, nota 10. Mas de tamanho furor petista era de se esperar mais: em sua penúltima edição uma matéria sob o título "Toda força ao jornal do PT" não faz mais do que reproduzir uma pequena declaração do editor do **Jornal dos Trabalhadores**, sem nenhuma proposta ou compromisso concreto de como reforçar o jornal.

Mas o fato é que o **Trabalho** tem mudado e muito. A ponto de outro dia ouvir-se de um petista na sede do partido: "gozado, este jornal tá ficando parecido com o **EM TEMPO**." (F.A.)

Dia mundial do meio ambiente
Em nome do amor à natureza

No dia 5 de junho foi comemorado o dia mundial do meio ambiente. Em Porto Alegre, dez associações profissionais e ecológicas gaúchas, em uma iniciativa arrojada, convidaram os candidatos dos partidos ao governo para um debate e promoveram manifestações ao ar livre.

Por Cícero Franco

Os candidatos ao governo do Estado foram convidados a participar de um debate sobre a preservação do ambiente, realizado no dia 3 no auditório do IPE. Atendendo ao chamado de dez associações profissionais e ecológicas gaúchas, os quatro candidatos de oposição (Alceu Collares — PDT, Pedro Simon — PMDB, Krieger de Mello — PTB e Olívio Dutra - PT) expuseram as posições de seus partidos sobre o tema. O candidato do PDS, Jair "credenciais do INAMPS" Soares não compareceu. Os participantes, como não poderia deixar de ser, mostraram-se preocupados com a situação do meio ambiente no Rio Grande do Sul, apresentando soluções.

Durante o debate, apenas a posição do Partido dos Trabalhadores diferenciou-se claramente das demais. Olívio Dutra afirmou que "a questão do meio ambiente está encadeada com a questão social. Uma sociedade montada no desejo do lucro resulta em miséria e em violência contra a natureza. A comunidade organizada deve pressionar para que os problemas de agressão à natureza não proliferem".

Manifestação no parque
Com esta chamada, o Grupo Ecoló-

gico da Biologia/UFRGS, a Comissão de Luta contra o Pólo Petroquímico, o grupo Kaa-Eté (que em tupi significa Mata Virgem) do Colégio Júlio de Castilhos e a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, reuniram cerca de 500 pessoas no Parque da Redenção, durante toda a tarde do dia 5.

Na manifestação, onde diversos grupos musicais de Porto Alegre apresentaram seu trabalho, as entidades presentes colocaram suas posições e lembraram os diversos problemas que ameaçam nosso ambiente, como os Pólos Petroquímicos e Carboquímicos, as usinas nucleares, Itaipu, Tucuçu, Carajás, Pró-Várzeas.

Entre os presentes, circulavam pessoas vendendo alimentos naturais, frutas, livros independentes de poesia e distribuindo um panfleto sobre Carajás, elaborado pelo Diretório Acadêmico dos Estudantes de Geologia da UFRGS. Este texto denuncia o leilão de parte do território brasileiro às grandes empresas nacionais e multinacionais.

Além disso, foi distribuída uma carta aberta colocando a questão do meio ambiente como consequência do sistema

econômico que "não busca a satisfação das necessidades humanas, obrigando toda a sociedade a consumir o que é rentável a ele. Os países ditos desenvolvidos propõem a distribuição do trabalho e produção e a nível internacional, de uma maneira que, a nós do 'terceiro mundo' cabe oferecer mão de obra barata, matérias primas e arcar com o ônus da polui-

ção, devastação, fome e miséria. Precisamos construir uma nova sociedade onde o fundamental seja a vida e não o lucro".

Na oportunidade, a Comissão de Luta contra o Pólo lançou o caderno "Pólo e Poluição", onde diversos autores analisam as desvantagens do III Pólo Petroquímico, sob pontos de vista econômicos, sociais e ambientais.



EM TEMPO:

A Editora Aparte S/A • Rua Francisco Leitão, 57 • CEP 05414 • Pinheiros • São Paulo

assinatura Cr\$ 1.500,00

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

As mulheres, o PT e as eleições

O Encontro de São Paulo

O Encontro de São Paulo preparatório ao Encontro Nacional, realizado no dia 6 de junho, refletiu um amadurecimento da discussão desde o 2º Encontro de Mulheres do PT de novembro. Por outro lado, demonstrou a fragilidade da organização das mulheres dentro do partido e a necessidade de se concretizarem propostas e encaminhamentos claros para a intervenção interna e externa.

Cerca de sessenta mulheres, representando a capital e cinco cidades do interior, discutiram uma pauta centrada não mais na discussão geral sobre a discriminação da mulher como nos encontros anteriores. O debate orientou-se para os problemas do Movimento de Mulheres hoje, e nossas posições e tarefas enquanto mulheres petistas. A pouca sistematização das discussões, no entanto, permitiu um avanço pequeno no sentido de preparar o partido para intervir no movimento, num momento propício para o seu crescimento organizativo e político, sem que se corra o risco de diluí-lo nas eleições.

Passando pela discussão da autonomia do movimento e por um posicionamento contrário às Federações de Mulheres, que se organizam sem representatividade real, a discussão centrou-se nas formas de organização internas ao partido. Com a preocupação de não criar instâncias paralelas, foi ressaltada a necessidade da formação de comissões de mulheres nos diretórios, como forma de criar e desenvolver no PT a consciência da importância da luta contra a discriminação da mulher.

Vários depoimentos deixaram claro que a importância dessa luta e a necessidade da organização do Movimento de Mulheres não é uma questão resolvida dentro do partido. A preocupação que o PT assumia realmente as bandeiras do Movimento passa não só pelo

Está aí o Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres. Vários estados vêm se preparando e cresce a discussão no interior de todo o partido. Aqui, um balanço de alguns destes encontros estaduais e a nossa contribuição para uma questão que consideramos chave: eixos políticos para o trabalho petista junto às mulheres, nestas eleições.

amadurecimento da questão dentro do partido mas por uma clareza e intervenção efetiva.

Como um primeiro passo na preparação do PT para a campanha eleitoral, foi feita a proposta de debates com as candidatas e candidatos sobre a questão da mulher, e a preparação de textos sobre pontos específicos de reivindicação.

A discussão sobre a organização interna, como a formação de comissões — como incentivá-las, seu papel no período eleitoral — não conseguiu definir propostas mais concretas. Como tom geral prevaleceu a idéia da necessidade dessas comissões trabalharem como assessoramento do **partido**, em contato com os comitês unitários, levando o programa feminista para o conjunto da campanha. Resta ainda definir formas de impulsionar a formação de grupos de mulheres e elaboração de material que subsidie tal trabalho nos bairros de São Paulo e no interior.

São Paulo sai desse encontro Estadual com uma discussão razoável mas sem propostas organizativas amarradas e sem um programa. Fica assim para o Encontro Nacional a tarefa de sistematizar as discussões e transformá-las num plano de ação objetivo que seja um instrumento para o PT concretizar seu projeto de incentivar e fortalecer os movimentos de organização sociais, no caso específico do Movimento de Mulheres. (M. Carmo Godinho).

Como trabalhar nas eleições

Já começou a pressão sobre os candidatos petistas para que se posicionem sobre a opressão da mulher. O que o Lula pensa do aborto? O que o PT propõe sobre o divórcio? Como conquistar o voto da metade feminina do eleitorado?

Essas são pressões reais, que não podemos desconhecer. Mas antes de mais nada, é preciso colocar, também para as mulheres, o sentido geral da campanha eleitoral petista: não queremos apenas o voto, mas a organização das mulheres, sua participação política, sindical feminista.

Nunca é demais lembrar que um verdadeiro partido de massas, como queremos o PT, deve ganhar a confiança de uma parte expressiva das mulheres. E que um partido que se coloca como tarefa o fim de toda opressão e exploração, precisa incorporar profundamente a luta contra a desigualdade social baseada na diferença de sexo.

Para conseguir essa transformação econômica, cultural e moral, é preciso um movimento de mulheres forte, que comece desde já a sua batalha.

Este movimento existe e começou antes e independentemente do PT. Mas hoje ele vive momentos de impasse, ao compasso do refluxo relativo do conjunto do movimento operário.

A contribuição que o PT pode dar na superação deste impasse é enorme.

Ligando de forma profunda as reivindicações das mulheres à luta dos trabalhadores, o PT pode contribuir para a politização do movimento. A possibilidade de falar a milhares de mulheres, na campanha eleitoral, é a única para agitar as bandeiras feministas e fazer crescer o nível de consciência das mulheres e dos homens. Mas não basta. A contribuição principal do PT ao movimento de mulheres nessa campanha será ao nível da organização de massa, a possibilidade de organizar grupos de base.

No entanto, esta será uma propaganda, estes serão grupos ligados ao PT e não diretamente ao movimento. Será um trabalho partidário. Sabemos que métodos têm as Federações e União de Mulheres, falando em nome do movimento quando são apenas uma corrente partidária, usando as mulheres como simples cabos eleitorais para suas presidentes.

O trabalho do PT nas eleições será partidário, sim. Mas deverá ter como norma e respeito ao movimento, às suas instâncias de decisão e abrirá espaço para que participem do movimento todas as mulheres, independente de sua opinião política. Incentivando o debate político, inclusive sobre os partidos, o PT deve procurar trazer para as suas fileiras o máximo possível dessas companheiras. Mas sempre de forma consciente e aberta, nunca passando a questão do partido "por debaixo do pano".

Além disso, o PT não pode disputar simplesmente uma "fatia" própria do movimento de mulheres, opondo ao movimento partidário que fazem as Federações em nome do PMDB a um movimento petista. A consequência da defesa de um movimento autônomo dos partidos políticos é a defesa da sua unidade. É o que expressa a proposta de "Coordenações de Luta", apresentada pela Comissão de Mulheres do PT de São Paulo, onde todas as correntes de opinião poderão se unificar em torno à ação, às lutas das mulheres.

(M.C.)

Quatro pontos para centrar nossa campanha



O Encontro de Mulheres do PT de São Paulo não chegou a discutir um programa de reivindicações (veja acima). Falar em "Coordenações de Lutas" sem ao menos esboçar quais seriam estas lutas não pode nos levar muito longe. É certo que não existe uma dinâmica nacional e que o movimento de mulheres é heterogêneo, devendo ter espaço para as reivindicações das donas-de-casa e das trabalhadoras, das camponesas, empregadas domésticas, jovens e idosas, mães, filhas, prostitutas...

Mas é possível definir alguns pontos centrais, no sentido de orientar as petistas no seu trabalho junto às mulheres e que possam desde já contribuir para a construção de uma dinâmica mais unificada no movimento de mulheres. É importante, também, conseguir traduzir a luta feminista geral, abstrata em reivindicações e propostas claramente visíveis.

Para isso, é preciso ter como referência a situação atual de crise econômica, desemprego, carestia e miséria crescente; e a "abertura política", que teve como um dos resultados um maior espaço nos meios de comunicação para temas considerados tabu. Esta situação é vivida pelas mulheres com especificidades.

Tradicionalmente desempregadas

Em primeiro lugar, ainda que não haja dados estatísticos, não é difícil deduzir a situação da mulher diante do desemprego. Tradicionalmente, as mulheres são subempregadas, à margem do mercado formal de trabalho e sem seus plenos direitos trabalhistas — a absoluta maioria das mulheres que trabalham fora são trabalhadoras rurais, empregadas domésticas e professoras primárias. Tradicionalmente recebem salários mais

baixos que os homens — de acordo com o censo de 1980, a média mensal dos rendimentos masculinos eram o dobro da média feminina ainda que exercendo a mesma função. Tradicionalmente, por terem uma formação profissional mínima, as mulheres ocupam as profissões mais desqualificadas.

Com o aumento do desemprego, as mulheres estão cada vez mais sendo empurradas para os trabalhos temporários, bicos e subempregos. Estão trabalhando mais, com menos direitos e ganhando menos. Um dos eixos de luta do PT, portanto, deve ser: para trabalho igual salário igual; pela profissionalização da mulher; pela extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras temporárias (bóias-frias, diaristas, domésticas, funcionárias públicas contratadas etc).

Uma segunda questão que tende a ganhar cada vez maior agudeza é a luta contra a violência sobre a mulher. É clássica a imagem do trabalhador que, cansado do dia de serviço, leva uma bronca do chefe, pega um ônibus lotado e desconta em casa, batendo na mulher. Numa época em que a dignidade humana é cada vez mais pisada, a violência familiar tende a crescer e, também em casa, é do lado mais fraco, mais oprimido, que a corda arrebenta.

Além disso, cresce a violência nas ruas, aumentam os estupros e a violência sexual anônima, principalmente nos bairros da periferia. Portanto, cresce a importância da denúncia, das saídas coletivas à violência sofrida e carregada solitariamente. Neste sentido, a proposta levantada pelas companheiras cariocas (veja ao lado) de incorporar o atendimento às mulheres espancadas ou violentadas a setores especiais dos hospitais públicos e postos de saúde é muito interessante.

Escolher ter filhos ou não e socializar sua educação

O terceiro eixo é uma luta que já vem organizando milhares de mulheres em todo o Brasil: creches diretas, nos locais de trabalho e moradia, sob controle da comunidade, que atendam as crianças até os seis anos de idade. Essa luta traz para o primeiro plano a discussão sobre o trabalho doméstico e o conjunto de reivindicações necessárias para que ele seja assumido como uma função social: restaurantes e lavanderias populares, áreas de lazer, ensino público e gratuito até os 18 anos, etc.

E, finalmente, o contexto de miséria crescente e desemprego vem tornar ainda mais angustiante para as mulheres a impossibilidade de decidir se querem ter filhos ou não e quando. E faz mais urgente a necessidade de um planejamento familiar consciente, do acesso gratuito às informações e meios contraceptivos, de pesquisas sobre métodos seguros e inofensivos tanto para as mulheres quanto para os homens.

O ponto mais sensível desta questão, capaz de mobilizar as mulheres em massa com um objetivo definido é a descriminalização do aborto. Ele deve ser entendido como uma decisão pessoal, para a qual o Estado deve dar informações, meios e recursos de realização. Não podemos esquecer que milhares de mulheres, principalmente das classes populares, hoje, não tendo acesso a métodos contraceptivos e sendo individualmente responsabilizadas pela criação de seus filhos, sem nenhum apoio social, submetem-se às clínicas clandestinas, às curiosas e aos remédios caseiros, pondo em risco a sua própria vida. Apesar da falta evidente de estatísticas, é certo que centenas de mulheres morrem por ano por causa de complicações advindas de abortos.

Goiás

Mulheres petistas preparam o encontro

Realizou-se no dia 6 de junho o Encontro Estadual de Mulheres do PT, convocado pela Comissão Executiva do Diretório Regional a partir da convocação do Encontro Nacional, entendendo que o papel do partido frente aos movimentos sociais deve ser aprofundado.

Estiveram presentes cerca de trinta companheiras de seis cidades diferentes do Estado. A pauta do encontro foi baseada na pauta do encontro Nacional. Durante o Encontro, foi realçado por várias companheiras a necessidade de se discutir a questão da mulher, que muitas vezes é colocada de lado, inclusive dentro do próprio partido. Ao final, foi constituído um grupo de mulheres com as funções de agilizar, mobilizar e dar continuidade ao movimento, junto ao Diretório Regional.

A compreensão das companheiras é de que o movimento de

mulheres deve estar ligado às lutas de todos os trabalhadores, mas que nem por isto ele perde a sua especificidade. A luta das mulheres é também de todos os que se colocam na perspectiva de construção do socialismo. Neste sentido, é importante reforçar o papel do PT em apoiar, bem como organizar sua intervenção dentro deste movimento.

Segundo Rosvita, membro da comissão que organizou o encontro e delegada ao Encontro Nacional "apesar do reduzido nº de companheiras presentes — que se deve à desmobilização do movimento no Estado e também à falta de compreensão da importância do movimento por muitas companheiras e até pelo partido — podemos considerar que o saldo do encontro é positivo. Tanto nas discussões em pequenos grupos, como as propostas aprovadas dão a indicação de que este encontro

foi frutífero. A realização do encontro permite um fortalecimento do movimento, a partir do fortalecimento do compromisso do PT com este movimento.

Desta forma, é importante que o grupo escolhido faça um balanço da situação atual e encaminhe o mais rápido possível às companheiras para que possamos organizar cada vez mais nossas discussões e o papel do Partido frente ao movimento."



Rio de Janeiro

Uma rara iniciativa de unidade

Feministas cariocas de vários grupos diferentes e pertencentes ao PT, PMDB e PDT reuniram-se e definiram uma plataforma comum, para a qual estão buscando o apoio dos candidatos da oposição. As petistas, por exemplo, estão propondo tomar como base este texto e avançar algumas questões. Esta foi uma rara — e produtiva — iniciativa de unidade, colocando o movimento acima das divergências partidárias e contribuindo para que o espaço eleitoral seja ocupado pela discussão feminista. Reproduzimos a seguir os pontos sobre "Trabalho" e "Saúde", como contribuição para a discussão de um programa feminista para as eleições.

TRABALHO

(...) O trabalho da mulher deve ser considerado sob dois aspectos distintos: o **trabalho remunerado**, que ela exerce fora do lar, lado a lado com o homem, geralmente considerado como "acessório" e com pior remuneração; o **trabalho doméstico**, rotineiro e invisível, através do qual é garantida a reprodução e manutenção da força de trabalho. A verdadeira integração da mulher na sociedade só ocorrerá quando: **houver salário justo e igual para trabalho igual**; e as tarefas domésticas forem consideradas como **responsabilidade de todos, como função social**.

Estas são nossas reivindicações no que se refere ao **trabalho remunerado**:

1. Estabelecimento da obrigatoriedade de construção de creches para os filhos de até seis anos de todos os trabalhadores, independente de sexo.
2. Adoção imediata da licença de um mês para o pai trabalhador, após o nascimento do filho.
3. Reconhecimento do atestado médico referente ao atendimento do filho menor para abonar a falta ou o

atraso da mãe ou do pai trabalhadores.

4. Estabilidade de 120 dias para a mulher no emprego, após o término da licença-maternidade.
5. Efetiva garantia da estabilidade da gestante, que só poderá ser demitida por justa causa comprovada em inquérito judicial.
6. Previsão, na legislação trabalhista, da discriminação sexual como causa para a rescisão indireta do contrato de trabalho.

No sentido de facilitar o **trabalho doméstico** reivindicamos:

7. Educação gratuita para todos, em horário integral, até 18 anos.
8. Construção de creches e escolas, até o 2º grau, em favelas e bairros.
9. Garantia de alimentação aos menores, através da merenda escolar gratuita e obrigatória, nas creches e escolas até o 2º grau.
10. Instalação de restaurantes populares para alimentação dos trabalhadores.
11. Exigência de construção de creches, escolas, lavanderias e restaurantes em todos os projetos de conjuntos habitacionais do BNH e COHABS.
12. Construção de áreas de lazer em todas as favelas e bairros.
13. Aprimoramento do sistema de transportes coletivos.

CORPO E SAÚDE

(...) 1. Adoção - a partir de uma ampla discussão junto a instituições e entidades populares — de um programa de planejamento familiar que garanta às mulheres o conhecimento sobre os diversos métodos anticoncepcionais e suas consequências, para que tenham o direito, livre e consciente, de controlar sua função reprodutora.

2. Promoção de pesquisas sobre novos métodos anticoncepcionais seguros e inofensivos, tanto para homens como para mulheres. (...)

3. Descriminalização do aborto e legalização de sua prática até 12 semanas.

4. Incentivo à criação de cursos obrigatórios (e não opcionais) sobre sexualidade humana nas escolas de medicina e de áreas correlatas.
5. Abertura de postos de saúde em todas as favelas e bairros.

6. Criação de um setor, nos postos de saúde e nos hospitais públicos, com os seguintes objetivos:

- a) Ampliação do quadro médico e assistencial, no sentido de atender às mulheres em todas as fases de sua vida, todas as vezes que ela voluntariamente se apresentar.
- b) Prática de um atendimento que leve em conta suas necessidades biológicas, psíquicas e culturais.
- c) Prestação de assistência médica, psicológica e jurídica às mulheres espancadas e vítimas de estupro ou violência sexual, emissão do competente laudo médico e encaminhamento da ocorrência às autoridades policiais e jurídicas.
- d) Criação de cursos de formação e informação para a mulher, de acordo com as idades e fases: menstruação, relações sexuais, métodos anticoncepcionais, gravidez, aborto, menopausa.
- e) Garantia de pré-natal gratuito, acompanhado de curso pró-parto, visando à preparação psicológica dos pais, ao conhecimento de cuidados com o recém-nascido, da dinâmica do parto e das opções possíveis, do pós-parto e do aleitamento.
- f) Promoção de livre acesso aos conhecimentos sobre os métodos para evitar a gravidez, com explicação sobre seus efeitos, para que as mulheres não sejam manipuladas por políticas estatais, natalistas ou antinatalistas.
- g) Orientação à mulher no que diz respeito ao aborto: indicações, consequências, riscos, atendimento psicológico etc, cuidando para que ele não seja entendido como método contraceptivo.

Minas Gerais

Foi durante o I Congresso da Mulher Mineira que o PT começou a atuar mais firmemente no movimento de Mulheres no estado. Naquele encontro a atuação petista garantiu que se discutisse nos grupos as questões específicas das mulheres e ainda barrou a proposta de eleição ali mesmo de uma Federação de Mulheres (pacote de última hora do **Hora do Povo**).

Porém, para as mulheres petistas, o saldo maior daquele congresso foi reconhecer a necessidade de um tra-

balho de base permanente e de uma linha de atuação clara sobre a questão da mulher. Durante a pré-convenção estadual, dia 30 de maio, foi feita uma reunião das mulheres, onde se acertou a preparação do Encontro Nacional do PT sobre Movimento de Mulheres também em algumas cidades do interior. Na capital, a preparação incluiu três discussões: a discriminação das mulheres na sociedade, avaliação do movimento de mulheres em Minas e as mulheres do PT e as eleições.

(da sucursal)

Tribunal Bertha Lutz

A discriminação no trabalho

Uma proposta deste tipo pode, sem dúvida nenhuma, tornar-se um espaço de denúncia importante. O que não pode é assumir um caráter de "grupo de agitação de temas" ou coisa semelhante. As propostas que surgirem como canal de participação para as mulheres não pertencem a ninguém individualmente. Crescem e frutificam no próprio movimento de mulheres. Neste sentido, a organização do Tribunal teria errado centrando-se na questão da propaganda e agitação, já transferida para segundo plano no movimento de mulheres, que hoje no Brasil já vem se preocupando, com muita razão com a questão da **Organização das mulheres**. Para que não aconteça que algumas **apresentem**, outras **assistam** e outras, a grande maioria, permaneçam cuidando das crianças ou nas beiradas dos fogões. (S.F.L.)

No último sábado de maio, dia 29, realizou-se, no auditório do Colégio Sion, Higienópolis, São Paulo, a abertura do Tribunal Bertha Lutz, levando como primeiro tema, a discriminação da mulher no trabalho. Outros temas se seguirão. Aos moldes

do Tribunal Bertrand Russel, de denúncia dos crimes nazistas, na Europa, o Bertha Lutz se propõe a relacionar e a denunciar todo tipo de arbitrariedades cometidas contra a mulher nesta sociedade em que é, sem trégua, discriminada.

No palco montaram um "júri simulado", presidido pela advogada Zulaiê Cobra Ribeiro e composto por dois nomes conhecidos: Almino Afonso (defesa da mulher) e Assunta Peres ("a empresa"). Desfilaram trabalhadoras de diversas áreas para depor sobre a sua própria situação de trabalho, foram apresentados alguns números artísticos e vários pronunciamentos, destacando-se o de Abdias do Nascimento que, segundo disse, representava duas mulheres negras: "se as mulheres representam mais da metade da população, as negras representam mais da metade das mulheres brasileiras. No entanto, aqui, foi tocado o problema da mulher negra muito timidamente e, garanto que para estarem presentes neste auditório, muitas de vocês deixaram uma negra cuidando dos filhos, ou na beirada do fogão"...

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virgínia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.589/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Composição: Editora Letra Ltda. - Rua Artur de Azevedo, 1977 - Fone: 212-5061.

Impressão: Cia. Editora Jorúês R. Gastão da Cunha, 49 - São Paul. SP - Tel. 531-8900

O caso Javier

Desfecho pode ser esta semana

Como foi fartamente noticiado na grande imprensa, o presidente da UNE, Javier Alfaia teve seu pedido de naturalização indeferido pelo Ministro da Justiça (?) Abi-Ackel sob a alegação de ter um "passado de atividades anti-sociais" (leia-se: participar das lutas dos oprimidos). O Ministro determinou ainda a abertura de inquérito policial que poderá resultar na sua expulsão do país com base na reacionária lei dos estrangeiros.

Essa ameaça de expulsão poderá ter seu desfecho ainda esta semana. O ministro poderá responder ao pedido de reconside-



ração de indeferimento feito pelos advogados de Javier e o Tribunal Federal de Recursos poderá julgar o *habeas corpus* que pede o cancelamento da "liberdade vigiada" a que Javier está submetido em Salvador.

De qualquer modo, uma coisa deve ficar clara: o governo não está blefando em seu ataque à UNE. Não iria armar todo o circo para depois ter que recuar e se desgastar. Assim, a única garantia de uma defesa consequente é a mobilização de todos os oprimidos e, principalmente, dos estudantes.

No dia 8 de junho, dia nacional de luta em defesa da UNE, inúmeros atos públicos foram realizados em todo o Brasil. Em Salvador, um desses atos reuniu duas mil pessoas. Em São Paulo, cerca de duzentas. É necessário que esses números aumentem. E para isso, é preciso explicar claramente aos estudantes que esta é uma batalha em defesa da UNE enquanto instrumento de luta: se a expulsão for consumada, seguramente a entidade ficará incomparavelmente mais enfraquecida. Daí a necessidade imperiosa de mobilizar o mais amplamente possível todo o estudantado do país.

UNE

Consolidar o bloco de oposição!

A crise a que a direção reformista levou o movimento e a existência de uma alternativa classista são as bases do crescimento da oposição. Para consolidar o bloco e preparar um salto de qualidade, vários diretores de entidades estão fazendo um chamamento a uma reunião nos dias 2 e 3 de julho em Belo Horizonte.

A partir do último Congresso da UNE, realizado em Cabo Frio, começou a ficar mais nítida no movimento estudantil uma polarização existente no interior da classe trabalhadora e dos seus aliados. Essa polarização — claramente expressa no 1º CONCLAT — coloca de um lado uma direção reformista, com propostas de conciliação de classes e de outro uma direção classista, cuja marca registrada é a independência de classe e a organização pela base.

A direção reformista tem sua expressão nas correntes que compõem a atual diretoria da UNE. Grosso modo, com sua recusa em unificar o movimento em 1980, fazendo a preparação de uma greve geral quando do Congresso de Piracicaba; com sua política de "greve por pacote versus não fazer nada" durante todo o ano de 1981 e com sua traição à luta contra a portaria do MEC sobre os restaurantes universitários no início deste ano, essa direção tem levado o movimento a derrotas sucessivas e a uma crise profunda.

De outro lado, fica a direção classista, cuja

base política é o PT e que se expressa no chamado bloco de oposição à diretoria da UNE. Na campanha pela convocação de um CONEB em 29 e 30 de março (ver os ETn's 148, 149 e 150), essa direção conseguiu, apesar de todas as falhas, se apresentar como algo viável nacionalmente. Se não aos olhos do conjunto dos estudantes, ao menos aos da vanguarda que tem emergido nas últimas lutas. Nas vitórias eleitorais de chapas ligadas ao PT em cerca de doze DCEs, obteve uma certa consolidação; começou a aparecer para os estudantes como algo concreto para o trabalho cotidiano nas entidades.

As causas da virada

O fato da direção reformista ter levado o movimento a sucessivas derrotas, combinado com a existência de uma direção classista relativamente confiável aos olhos dos estudantes, são as causas mais imediatas da crise que o reformismo atravessa. Pode-se dizer que as principais características do movimento operário brasileiro após 1978 começam a

adentrar o movimento estudantil pela via do principal instrumento político que esse movimento operário criou: o PT. O atraso existente é devido ao fato do movimento estudantil ter seu renascimento pós 1977 estruturado com base em correntes centristas, que, ao se desmantelarem, foram abrindo espaço para os reformistas se consolidarem.

Mas se os reformistas começam a declinar, o preço pago por isso é alto. O bloco classista vai ter que enfrentar um movimento tremendamente debilitado e sob feroz ataque do MEC.

A essa responsabilidade, no entanto, os classistas não podem fugir, muito pelo contrário. Daí a importância da reunião de todas as entidades que se colocam numa perspectiva de oposição à diretoria da UNE que está sendo chamada para os dias 2 e 3 de julho em Belo Horizonte (veja box ao lado). É necessário que esse bloco dê um salto de qualidade e assumam de fato seu papel de direção. Esse é o primeiro passo para uma solução real dos problemas do movimento estudantil. (Álvaro Frota)

DCE/UFG Goiânia Oposição vence

Nas eleições para a diretoria do DCE da Universidade Federal de Goiás, que se realizaram dias 1 e 2 de junho, concorreram três chapas. A vencedora, **Novo Rumo** (formada por simpatizantes do EM TEMPO, militantes do PT e independentes) obteve 1959 votos contra os 1669 dados à chapa que representa a continuidade da antiga diretoria, **Participação** (composta pelos apoiadores do **Tribuna Operária**) e cerca de mil de **Alternativa** (formada pelos simpatizantes do **Voz da Unidade**).

Novo Rumo tem sua origem na greve dos estudantes da UFG do ano de 1981, quando as reivindicações de democracia no movimento e não atrelamento das entidades aglutinaram vários estudantes que se colocaram frontalmente contra a direção dada a essa greve pela antiga diretoria do DCE.

Apesar do clima de pouca discussão política que reina na UFG, das campanhas milionárias feitas pelos reformistas e pelos populistas, das

tentativas descaradas de queimação e de impugnação de urnas sem qualquer motivo (uma urna onde se esperava que Novo Rumo vencesse teve sua impugnação pedida por... ter caído no chão!), a vitória foi de **Novo Rumo**.

As principais propostas da chapa vencedora são organizar um forte movimento estudantil na UFG para barrar as tentativas do MEC de implantar o ensino pago, levar adiante a discussão da universidade e suas estruturas e de lutar por uma universidade que se coloque a serviço dos trabalhadores.

Essa vitória significa a compreensão, por parte dos estudantes da UFG, da necessidade de um movimento estudantil democrático, onde existam canais de participação em que todos possam fortalecer as entidades. Significa também um não ao imobilismo da atual direção da UNE, representada na UFG por **Participação** e **Alternativa**, apontando, a exemplo das vitórias de chapas de oposição em vários DCEs do país, o caminho da superação dessa direção.

Na PUC-SP

Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, as eleições para o DCE foram vencidas pela chapa **O Inverno foi Deles, a Primavera Será Nossa** (formada por simpatizantes dos jornais **Causa Operária**, **O Trabalho**, **Em Tempo**, por membros dos grupos **Opinião**, **Debate**, **Caminhando** e por independentes). Concorreram com ela **Prá sair dessa maré** (formada por apoiadores dos jornais **Gazeta Democrática**, **Tribuna Operária**, **Voz da Unidade**, pelos fãs do **Hora do Povo** e por membros das **Comunidades Universitárias de Base**), **Chama** (inspirada, segundo se comenta, em conhecidos jogadores de bombas em bancas de jornal) e **Novo Rumo** (apoiadores do jornal **Convergência Socialista**).

A vitória de **O Inverno...** representa, novamente, a tendência mais geral de chapas de oposição à diretoria da UNE serem eleitas em todo o país.

A todas as entidades estudantis

O movimento estudantil atravessa uma grave crise. No início do ano, o MEC conseguiu dividir os estudantes das escolas públicas em "carentes" e "não carentes", uma vitória em sua estratégia de fazer "os que podem" pagarem o ensino para financiar "os que não podem" como um primeiro passo para a implantação total do ensino pago. Os aumentos das escolas pagas deixaram milhares de colegas sem condições de prosseguir seus cursos. A própria defesa da UNE, frente ao ataque que a ditadura desferiu na forma da tentativa de expulsão de Javier Alfaia com base na reacionária lei dos estrangeiros, está aquém do necessário.

A diretoria da UNE, ao insistir na absurda avaliação de que o movimento está vitorioso e o governo isolado, tenta esconder sua responsabilidade por essa situação. No caso da portaria do MEC, ao invés de organizar uma luta nacional para barrá-la, buscou a negociação isolada com cada reitoria e, devido à divisão que isso acarretou, o movimento foi derrotado. No caso de Javier, não tenta politizar a luta, nada fala sobre a lei dos estrangeiros, para não perder "apoios importantes" como o do Senador Jarbas Passarinho...

O bloco de oposição a essa diretoria surge como uma alternativa real a essa situação. Prova disso são as recentes vitórias de chapas a ele ligadas em cerca de doze DCEs e uma UEE em todo o Brasil. Mas, para essa alternativa ser realmente forjada, é necessário que se tenha propostas concretas para o movimento em cada situação. Em julho haverá o CONEB. No sentido de discutir propostas para nele intervir de forma consequente e decidida, os diretores de entidades abaixo assinados chamam todos os interessados e em particular as diretorias de entidades que se colocam em uma perspectiva de oposição a atual direção da UNE a participar de uma reunião nos dias 2 e 3 de julho em Belo Horizonte que ocorrerá concomitantemente com o Conselho de Entidades da Base da UEE-MG.

Serginho — presidente UEE-MG
Ronaldo — vice-presidente UEE-RS
Cleusa Turra (Pitua) — presidente DCE-USP.

Capeta — presidente UMESC
Fábio — vice-presidente DCE PUC-SP
Mauro — 1º secretário DCE PUC-SP
Caco — coordenador DCE UFRGS
Quico — coordenador DCE PUC-RS
Cintia — presidente DCE FEPEVI